

## 10.12.15 - NOVA ADMINISTRAÇÃO DO TRT-SC TOMA POSSE EM 11.12.2015

O desembargador Gracio Petrone tomou posse na sexta-feira (11.12.2015) no cargo de presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. Em sessão solene, às 18h, também foram empossadas as vice-presidente, desembargadora Mari Eleda Migliorini, e corregedora regional, desembargadora Maria de Lourdes Leiria. Os novos dirigentes foram eleitos em sessão pública em outubro de 2015 para atuar durante o biênio 2016/2017.

Em entrevista concedida à Secom, o desembargador Gracio Petrone, que sucedera Edson Mendes de Oliveira, disse que uma de suas diretrizes é a redução do tempo que as partes precisam aguardar entre a proposição da ação e as audiências de conciliação (inicial) e instrução. É o chamado encurtamento da pauta. O desembargador também pretende dar continuidade à melhoria das instalações físicas da Justiça do Trabalho, adequando-as às necessidades dos jurisdicionados e do público interno - magistrados e servidores.

A nova vice-presidente, desembargadora Mari Eleda, sucedeu a desembargadora Viviane Colucci e passou a coordenar a Escola Judicial e a Ouvidoria do Tribunal. Já a desembargadora Lourdes Leiria assumiu o cargo que era de Gracio Petrone na Corregedoria Regional.

### **Gracio Ricardo Barboza Petrone - presidente**



Gaúcho de Rio Grande, ingressou na Justiça do Trabalho catarinense em maio de 1989, tendo sido promovido à titularidade três anos depois. Como juiz titular, atuou nas cidades de São Miguel do Oeste, Videira, Criciúma e Tubarão. Presidiu a Amatra 12 no biênio 1997/98. Em janeiro de 2009, tomou posse no cargo de desembargador do TRT-SC, tendo sido promovido pelo critério de merecimento. O magistrado tem duas graduações - Direito, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Psicologia, pela Universidade do Sul de Santa Catarina – e duas especializações - Teoria e Análise Econômica e Dogmática Jurídica. Possui, ainda, mestrado em Ciência Jurídica, com área de concentração em Fundamentos do Direito Positivo. No biênio 2010/2011, foi diretor da Escola Judicial do TRT-SC. Foi ainda corregedor regional no biênio 2014/2015.

Mari Eleda Migliorini - vice-presidente Natural de Curitiba (PR), a juíza Mari Eleda Migliorini ingressou na magistratura trabalhista catarinense em 1989. Durante quatro anos, foi juíza substituta em diversas unidades do Estado. Entre 1993 e 2006, foi titular (na época, juíza-presidente de Junta de Conciliação e Julgamento) da 4ª Vara do Trabalho de Joinville. Depois, passou a atuar na 5ª VT de Florianópolis e, de 2008 a 2009, acumulou a função de diretora de Foro, até ser promovida ao cargo de desembargadora, em 16 de julho de 2009. A magistrada graduou-se em Direito em 1982, pela Universidade Estadual de Maringá/PR (UEM/PR). Lecionou Direito Civil na pós-graduação da Univille/Amatra, em 2003 e 2004. Tem especialização em processo civil pela



PUC/RS, concluída em 2004. Um ano depois, chegou ao ápice de sua carreira acadêmica, quando obteve o título de mestre em Ciência Jurídica defendendo dissertação, pela Univali, sobre "A teoria da desconsideração da personalidade jurídica diante da autonomia patrimonial da pessoa jurídica".

**Maria de Lourdes Leiria - corregedora**



Maria de Lourdes Leiria é gaúcha de Porto Alegre e tem 26 anos de magistratura trabalhista. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1985 pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), atuando por quatro anos como advogada até passar no concurso para o TRT do Distrito Federal, em dezembro de 1989. Ficou por lá até setembro do ano seguinte, quando atingiu a primeira colocação no concurso do TRT de Santa Catarina. Foi juíza titular em Blumenau de 1993 até ser promovida por merecimento à desembargadora, em dezembro de 2010. No Tribunal, integrou as Comissões de Regimento Interno e de Jurisprudência. Presidiu a Comissão de Jurisprudência nos anos de 2012 e 2013 e a Terceira Turma no período de dezembro de 2013 a dezembro de 2015. De 2014 a 2015 atuou incisivamente como gestora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho.

No mundo acadêmico, lecionou no curso de pós-graduação em Direito do Trabalho e preparação para a magistratura da Uniasselvi/Amatra 12 em Blumenau. Tem especialização em Direito do Trabalho pelo Centro de Educação Superior de Blumenau (Cesblu), obtida em 2007 com uma monografia sobre o assédio sexual nas relações de trabalho.

A desembargadora tem doutorado em Direito pela Universidad Del Museo Social Argentino (UMSA), de Buenos Aires, tendo defendido a tese “Assédio sexual laboral, reflexos para a saúde do trabalhador e o reconhecimento como agente causador de doenças do trabalho”, publicada pela editora LTr.

#### **14.01.16 - AGENTES DE SEGURANÇA DO TRT-SC RETÊM 57 ARMAS DE FOGO EM SEIS MESES**

Desde julho de 2015 os três prédios do Tribunal em Florianópolis passaram a contar com detectores de metais nas suas portarias

Cinquenta e sete armas de fogo e 30 armas “brancas” foram retidas na entrada dos prédios da sede administrativa, Gabinetes dos Desembargadores e Fórum Trabalhista de Florianópolis desde o início do uso dos equipamentos detectores de metais, em julho do ano passado. Os dados são da Seção de Segurança Institucional, área responsável por controlar o acesso de pessoas nos três prédios do Tribunal.

As pessoas flagradas com armas de fogo são encaminhadas para uma sala de desarmamento, onde os agentes verificam se o porte está de acordo com a legislação, retendo os itens num cofre. Já as armas brancas e outros objetos perigosos ficam guardados nas portarias. Todos são devolvidos no momento da saída, à exceção das armas de fogo sem porte, que são encaminhadas à Polícia Federal. Além de facas, canivetes e pistolas, também foi retida uma adaga, um spray de pimenta e uma máquina portátil de choque. Até o momento, todas as armas de fogo retidas foram devolvidas.

O procedimento segue a portaria [87/2015](#) da Presidência do TRT-SC, que veda o porte de armas de qualquer natureza no interior do Tribunal, com exceção de magistrados e membros do Ministério Público, policiais e membros das Forças Armadas em serviço e empregados de empresas de segurança privada e de transporte de valores. Magistrados, servidores e estagiários também são liberados da inspeção.

Segundo Claudionor da Silva, chefe da Segurança, a intenção do controle de acesso é evitar conflitos e manter a integridade física de todos que atuam na Justiça do Trabalho. “A Segurança não pode esperar que os problemas aconteçam, tem de preveni-los”, ressalta.

---

## **26.01.16 - ORÇAMENTO MENOR LEVA TRIBUNAIS A TOMAR MEDIDAS PARA CONTER GASTOS**

O corte de cerca de 30% nas verbas de custeio da Justiça do Trabalho - estabelecido pelo Congresso Nacional no fim de 2015 - está levando os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT's) a duras medidas de contenção.

Pelo menos dez unidades já anunciaram alterações nos horários de atendimento ao público e rompimento de contratos com funcionários terceirizados, o que inclui limpeza e vigilância.

A situação é considerada crítica pelo presidente do Colégio dos Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do país, desembargador Lorival Ferreira dos Santos. Tanto que uma reunião extraordinária, com os representantes das 24 unidades do país, será realizada na primeira semana de fevereiro para tratar do tema. Os TRT's devem levar o caso aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

"Estamos tentando buscar soluções, mas as medidas já tomadas não cobrem metade dos cortes", afirma o desembargador, que também preside o TRT da 15ª Região, em Campinas, o segundo maior do país.

Lorival Ferreira dos Santos diz ainda que apesar do esforço para que não haja impacto no andamento dos processos, não há como negar que isso possa acontecer.

Maior tribunal do país, o da 2ª Região, com sede na capital paulista, sofreu cortes de cerca de R\$ 70 milhões em despesas correntes e de R\$ 13 milhões em investimentos. Para se adaptar ao novo orçamento, serão reduzidas pela metade as despesas com capacitação de funcionários. Também serão limitados os valores de diárias e de pagamento de auxílio-creche, corte de 10,36% na coparticipação do órgão no plano de saúde de magistrados e servidores. Além disso, a Corte estuda reduzir o expediente.

A redução do horário de atendimento ao público já foi definida por pelo menos cinco tribunais regionais. No da Paraíba (13ª Região) o expediente será das 7h 30 às 14h30 a partir do dia 1º de fevereiro - atualmente o público é atendido das 7h às 17h. Na Corte também há orientação para que os funcionários liguem o ar-condicionado somente 30 minutos depois do início do expediente e desliguem meia hora antes do término da jornada. Já as luzes das áreas de circulação e dos banheiros serão desligadas a partir das 15h.

Em Goiás (18ª Região), o atendimento ao público já foi reduzido em duas horas. Houve cortes também em 50% dos contratos dos estagiários, 50% dos serviços de vigilância e 10% da limpeza. "Eu nunca vi situação tão grave em toda a minha carreira", afirma o presidente do Tribunal Regional, desembargador Aldon Taglialeagna.

---

No Rio Grande do Norte (21ª Região) o novo expediente, das 7h às 16h, já está em vigor - antes funcionava das 7h às 19h. O tribunal também reduzirá despesas com contratos de estagiários e serviços de limpeza. Rondônia e Acre (14ª Região) também alteraram o horário de abertura ao público. Desde o dia 11 funciona das 7h 30 às 14h30. Antes, o atendimento era das 8h às 18h.

No Rio de Janeiro (1ª Região), em Campinas (15ª Região) e em Mato Grosso do Sul (24ª Região) foram feitas alterações, mas não houve redução do horário de atendimento. O RJ passará a atender, a partir do dia 28 de janeiro, das 9h30 às 16h30. Atualmente o horário de atendimento é das 10h às 17h. Em Mato Grosso do Sul a alteração vale já partir de hoje. O expediente será das 11h às 17h e a Corte deve anunciar cortes nas despesas ainda nesta semana. Em Campinas, o novo expediente entra em vigor em 15 de fevereiro, será das 11h às 17h.

Os três tribunais afirmam que a mudança é necessária para diminuir as despesas com energia elétrica - nesses horários a taxa cobrada por kw/h é mais baixa. Campinas também editou medidas para a contenção do uso de água, telefonia, serviços postais e aquisição de material de consumo. Os contratos de prestação de serviços de vigilância, limpeza, condução de veículos serão reduzidos em 25%.

Já o Rio de Janeiro também estabeleceu novos limites para a concessão de diárias e adicional de deslocamento a magistrados e servidores. Reduziu ainda despesas com aquisições e material de consumo e está estudando mais cortes.

"Mesmo com todas as medidas adotadas pelos tribunais para redução de gastos, o orçamento disponível não é suficiente para atender, até o final do exercício, todos os compromissos assumidos através de contratos. Será necessária a suplementação de recursos", afirma a presidente do TRT do Rio de Janeiro, desembargadora Maria das Graças Paranhos.

Para se adaptar ao orçamento, reduzido em R\$ 19,2 milhões, o TRT de Santa Catarina (12ª Região) optou por diminuir o teto das diárias e limitar o número de dias do mês em que servidores e magistrados podem recebê-las. E mais cortes estão previstos. Por meio de nota, a assessoria de imprensa informou que "as áreas técnicas vêm se reunindo diariamente com o objetivo de estabelecer uma série de medidas para adequar o orçamento".

No Pará (8ª Região), haverá bloqueio dos computadores a partir das 16h. A medida visa forçar a saída dos funcionários no horário. Também haverá redução dos valores das diárias de magistrados e servidores, cortes em gratificações e cursos de capacitação. Está sendo estudada ainda a redução dos contratos de serviços de limpeza e vigilância e no número e valores de bolsas de estágio.

Os tribunais regionais do Rio Grande do Sul (4ª Região), do Distrito Federal e Tocantins (10ª Região), Sergipe (20ª Região) e Pernambuco (6ª Região) informaram ao Valor que ainda estudam quais medidas serão tomadas para a adequação ao orçamento. Os anúncios em todos os casos devem ser feitos nos próximos dias.



### **Depois de diversas reuniões setoriais, ajustes finais foram anunciados pelo presidente em reunião com gestores em 26.01.2016**

O TRT-SC sofreu um corte de R\$ 19,26 milhões nas verbas de investimento e despesas correntes em 2016. A restrição orçamentária atinge todo o Judiciário e faz parte do ajuste fiscal imposto pelo Governo Federal na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano. Depois de diversas reuniões para readequação de prioridades, a última delas com os responsáveis pelas áreas gestoras de orçamento, em 26 de janeiro de 2016, o presidente do Tribunal, desembargador Gracio Petrone, ressaltou que os ajustes foram necessários para que a instituição continue funcionando apenas com seus serviços essenciais.

As despesas foram reduzidas em 37% em relação aos limites orçamentários estabelecidos em agosto de 2015. Elas incluíram, além dos gastos considerados imprescindíveis (água, luz, telefone, serviços terceirizados, diárias, passagens, etc), aqueles necessários às ações das áreas, como capacitação, formação de magistrados e o programa de estágio.

O orçamento para os programas de estágio foi reduzido em torno de 40% em relação à proposta original. A partir de 15 de fevereiro, manteve-se apenas um estagiário por unidade de primeiro grau e por gabinete de desembargador que já o possua, sem possibilidade de renovação dos contratos. Nas áreas de apoio judiciário e administrativa, somente 14 estagiários permaneceram, também até o fim dos contratos.

O presidente do TRT-SC destacou que a readequação orçamentária exigiu o esforço e a colaboração mútua de todas as áreas. “Todos esses ajustes foram necessários para manter o funcionamento mínimo do Tribunal, senão correríamos o risco de fechar as portas antes do final do ano”, justificou Gracio Petrone. No caso do programa de estágio, por exemplo, a Administração do Tribunal levou em conta a relação final da instituição com o jurisdicionado. “A prestação jurisdicional não pode ser prejudicada, por isso os estagiários estão sendo priorizados na atividade-fim”, afirmou o presidente.

### **Ginástica laboral mantida**

Considerada essencial para atingir o objetivo estratégico de promover a saúde e qualidade de vida de magistrados e servidores, o programa de ginástica laboral não foi afetado. Benefícios como auxílio-transporte, auxílio-alimentação e assistência pré-escolar também foram integralmente mantidos.

Para amenizar os efeitos e permitir a execução dos projetos e ações, a Administração do Tribunal

estudou algumas medidas de contenção de despesas. Entre elas, uma campanha de conscientização para redução do consumo de energia, água e telefone, itens que somados representam em torno de 18% dos R\$ 24,9 milhões dos serviços de prestação continuada, imprescindíveis ao funcionamento da Justiça do Trabalho catarinense.

Para o presidente do TRT-SC, o momento é de unir forças e buscar soluções alternativas. “Se é fato que a restrição orçamentária nos amarra, por outro lado nos impele a usar a criatividade. E sei que nesse aspecto não devemos nada a ninguém, pois as pessoas que trabalham são comprometidas com a instituição e certamente vão contribuir para superar a presente crise”, conclamou o desembargador.

---

### **16.02.16 - REDE DE SUPERMERCADO É CONDENADA A PAGAR R\$ 500 MIL DE INDENIZAÇÃO PARA FUNCIONÁRIA POR RACISMO**

A rede atacadista Makro foi condenada a pagar R\$ 500 mil de indenização por danos morais a uma funcionária que sofria constantes ataques racistas de uma colega na unidade de Florianópolis. A vítima levou o caso para os chefes, denunciou à ouvidoria internacional, porém nada foi feito. O juiz considerou que houve omissão por parte da empresa.

Colegas e clientes presenciaram os ataques racistas e confirmaram que a funcionária era ofendida com expressões como "preta fedida", "macaca preguiçosa" e "urubu fedorento" por uma pessoa de outro departamento. Segundo consta no processo, as testemunhas relataram que a funcionária demonstrava medo da agressora e, após os ataques, era vista chorando no banheiro.

As agressões ocorreram durante seis meses, mesmo após a denúncia da funcionária para seus o chefe imediato, ao gerente da loja e à ouvidoria internacional, mesmo sem saber falar inglês. Como não houve nenhuma providência, ela procurou a Justiça do Trabalho.

Ao analisar o caso, o juiz da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis Válder Túlio Ribeiro considerou que agressões configuram caso típico de assédio moral e apontou grave omissão da rede atacadista que, mesmo ciente das agressões, permitiu que a funcionária continuasse sendo humilhada.

— A atitude injustificada da Ré, sem sombras de dúvida foi suscetível de causar na obreira, trabalhadora humilde e necessitada, constrangimento e aviltamento em sua dignidade e sentimentos de pessoa humana — observou o magistrado.

Ele ainda destacou que não houve retratação ou qualquer ato posterior da empresa para minimizar a situação. Além do dano, o valor da indenização também leva em conta a capacidade econômica da empresa e o caráter pedagógico da medida. A empresa pode recorrer da decisão ao Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC).

### **Contraponto**

A reportagem entrou em contato com a unidade de Florianópolis onde ocorreu em caso, mas no local ninguém quis se manifestar. O Makro também não respondeu se as funcionárias envolvidas ainda trabalham na empresa. A assessoria de comunicação em São Paulo respondeu por meio de nota:

O Makro Atacadista reforça que não admite qualquer tipo de discriminação em suas operações. A empresa informa, ainda, que tem o respeito às pessoas como prática prevista em seu código de ética e que promove treinamentos constantes em seus funcionários visando a difusão dos valores

---

defendidos pela companhia. Sobre o caso em questão, a empresa recorrerá à Justiça nos termos previstos pela legislação vigente.

---

## **24.02.16 - JUIZ LEVA PREVENÇÃO A ACIDENTES DE TRABALHO PARA DENTRO DA SALA DE AULA**



**Ricardo Jahn conversa com alunos do Pelotão Esperança, projeto educacional mantido pelo Exército em Criciúma**

O juiz Ricardo Jahn, um dos gestores do Programa Trabalho Seguro, planeja realizar três palestras ao longo de 2016 para despertar a importância da prevenção aos acidentes de trabalho em crianças de oito a 12 anos da região de Criciúma. A ideia do magistrado é preparar os jovens para sua futura entrada no mercado e, ao mesmo tempo, aproveitar sua capacidade de disseminar o conhecimento junto às famílias.

"As crianças compreendem que os pais estão expostos a riscos diários no ambiente de trabalho e ajudam a cobrar uma atitude de prevenção", explica Jahn, que é juiz substituto em Araranguá. "Além disso, amanhã serão eles a enfrentar esses mesmos riscos, então é preciso desenvolver essa cultura de prevenção desde cedo".

A ideia surgiu ao longo da última semana, durante palestra do magistrado para soldados do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GCA), em Criciúma. Após o encontro, o juiz visitou o Pelotão Esperança, projeto social que atende crianças da região em parceria com o Município de Criciúma e a Câmara de Dirigentes Lojistas. O bate-papo foi tão bom que o juiz quer repetir a dose, proposta elogiada pelo tenente-coronel Márcio Cesar Ribas Cerqueira. "Vamos lançar boas sementes e ajudar a evitar acidentes", disse o militar.

---

## **25.02.16 - VARA DO TRABALHO DE FRAIBURGO TEM NOVA JUÍZA TITULAR**

Durante sessão realizada em 22.02.2016, o Pleno do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC) promoveu, por unanimidade, a juíza Valquíria Lazzari de Lima Bastos ao cargo de titular da Vara do Trabalho de Fraiburgo. A promoção obedeceu ao critério de antiguidade.

Natural de Curitiba (PR), a juíza ingressou na Justiça do Trabalho catarinense em junho de 2003. Ao longo de 12 anos de carreira, atuou principalmente na 1ª Circunscrição (Grande Florianópolis), com exceção de um curto período no Foro de Criciúma. Em 2008, passou a trabalhar na 7ª VT de Florianópolis, onde atuou até a promoção.

Depois de tanto tempo na Capital, ela se diz ansiosa para assumir uma unidade do interior: “Será uma oportunidade para conhecer outras realidades e solucionar novos conflitos”, avalia.



**Natural de Curitiba (PR), Valquíria Bastos atua na JT desde 2003**

## **Currículo**

Valquíria Lazzari de Lima Bastos se formou pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 2000, tendo sido agraciada com medalha de ouro em Direito Público e medalha de bronze em Direito Privado. Antes, se formou bacharel em Comunicação Social pela Universidade de Tuiuti, do Paraná, em 1998. Especializou-se em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Escola da Magistratura do Trabalho do Paraná e em 2003 tomou posse no cargo de juiz do trabalho substituto do TRT-SC.

A nova titular da VT de Fraiburgo participa com regularidade dos eventos musicais e esportivos do TRT-SC. Nos jogos das Amatras do Sul de 2014, a juíza ficou com o 2º lugar na modalidade de corrida.

---

## **29.02.16 - TRT-SC LANÇA CAMPANHA PARA REDUZIR CONSUMO DE DESPESAS E RECURSOS NATURAIS**

Primeira ação foi a publicação de portaria contendo uma série de medidas para manter o Tribunal funcionando. Iniciativa foi motivada pelas restrições orçamentárias impostas à Justiça do Trabalho em todo o país.



Tribunais do Trabalho de todo o país estão adotando medidas para suportar o corte orçamentário aplicado pelo Governo Federal, de 29,4% da verba de despesas gerais e 90% da de investimento. A redução do horário de atendimento externo (nos TRTs do RS, MS e Campinas) e a suspensão de nomeações de candidatos aprovados em concurso (SP) foram algumas das ações já anunciadas. Em Santa Catarina não está sendo diferente. Já foram aplicadas medidas como a redução do número de estagiários, o ajuste da demanda contratada de energia elétrica e a suspensão de permutas.

Nesta sexta-feira (26), mais uma iniciativa foi anunciada pelo presidente Gracio Petrone, em mensagem circular encaminhada por e-mail a servidores e magistrados: o lançamento da campanha “Se liga, desliga”, que traz como primeiro ato concreto a publicação da [Portaria PRESI/CR nº 32/16](#). A norma, editada em conjunto com a Corregedoria, traz procedimentos para reduzir o valor dos contratos e despesas gerais da Instituição - neste ano, previstos em R\$ 27,8 milhões.

Uma delas determina o ajustamento dos aparelhos de ar condicionado, responsáveis por 40% do consumo de energia do Tribunal, para temperatura igual ou superior a 23°C, considerada ideal para o conforto térmico - é a mesma utilizada em shoppings e supermercados, por exemplo. Além disso, todos esses equipamentos devem ser desligados a partir das 18h30, quando inicia o horário de pico definido para Santa Catarina. Essa regra não será aplicada aos locais em que estiverem ocorrendo audiências, sessões e atendimento médico ou odontológico.

Outra medida é a proibição do trabalho após as 19h30 nos dias úteis e em qualquer horário aos fins de semana e feriados, com exceção daquele realizado em regime de plantão judiciário. Há outras exceções também para essa regra: ela não se aplica à Direção-Geral e à Secretaria-Geral da Presidência, nem para os casos de manutenção e dedetização. O documento ainda prevê a redução dos valores dos contratos firmados com empresas de serviços de limpeza, copa, vigilância armada, condução dos veículos da frota, lavagem predial, postagens e digitalização de processos judiciais.

A aquisição de passagens aéreas, o pagamento de diárias e o ressarcimento de despesas com transporte ficarão restritos aos casos em que os deslocamentos sejam indispensáveis à execução de atividades essenciais e à manutenção de serviços do Tribunal. As capacitações que dependem dessas verbas também foram reduzidas a dois eventos por unidade durante o ano.

Especificamente em relação à campanha “Se liga, desliga!”, o objetivo é reduzir em 15% os gastos com energia, mesmo percentual com água e 25% com telefonia fixa e móvel, economizando um total de R\$ 660 mil. Atualmente, esses recursos custam ao Tribunal cerca de R\$ 4,3 milhões anuais, ou seja, 16% de todas as despesas gerais. Desse valor, R\$ 3,5 milhões são utilizados exclusivamente para o pagamento de energia elétrica.

Recursos	Valor estimado para 2016 (em reais)	Meta de redução de consumo (em reais)	Percentual de redução
Energia elétrica	3.516.136	503.630	15%
Água e esgoto	363.726	51.601	15%
Telefonia	452.610	106.938	25%

### Foco na questão ambiental

O presidente Gracio Petrone também ressaltou que a portaria e a campanha estão sendo lançadas simultaneamente à adoção, pelo TRT-SC, do Plano de Logística Sustentável, guia lançado pelo Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de introduzir o uso racional de insumos, materiais, água e energia elétrica nos tribunais do país.

“Além da redução dos gastos, portanto, a campanha tem como foco a questão socioambiental, estimulando todos a utilizar com mais consciência os recursos naturais”, afirmou o magistrado no comunicado, aproveitando para fazer um apelo para que magistrados e servidores se engajem nas iniciativas. “Sem a colaboração maciça de cada magistrado e servidor a campanha será estéril e fracassará, tornando o ano ainda mais difícil. Por isso, contamos com a consciência e a participação de todos!”, finalizou.

### 31.03.16 - TRT-SC PROMOVE AÇÕES PARA IMPEDIR REPRODUÇÃO DO AEDES AEGYPTI EM SUAS INSTALAÇÕES



Servidora Maria Lucia orienta quais locais deverão ser inspecionados

A Justiça do Trabalho de Santa Catarina adotou uma série de medidas para eliminar locais propícios à reprodução do mosquito *Aedes aegypti* em seus imóveis. Colocação de telas nos ralos, limpeza de calhas, retirada de bromélias e obras para escoamento em locais que acumulam água foram algumas das iniciativas feitas na sede da Instituição, em Florianópolis. Agora, a campanha segue também para o interior do estado.

A servidora Maria Lucia Cury Figueiredo Travi, chefe dos Serviços Gerais do TRT-SC, elaborou um check list adaptado aos 45 imóveis do Tribunal (entre próprios, alugados, em comodato ou cedidos) contendo 12 itens que devem ser observados para impedir a reprodução do mosquito.

Foram observados itens como cinzeiros, latas ou outros objetos que possam acumular água, vasos de plantas, poças de água parada, bandejas de ar-condicionado, proteção de ralos, vasos sanitários sem utilização constante e cobertura para lixeiras, entre outros.



Ralos foram vedados para evitar entrada de mosquitos

A iniciativa faz parte da campanha “O Judiciário no Combate ao Mosquito”, criada pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Ministério da Saúde para combater possíveis criadouros do inseto nas unidades e obras do Poder Judiciário pelo país.

#### **05.04.16 - CENTRO CATARINENSE DE REABILITAÇÃO RECEBE SEGUNDO LOTE DE EQUIPAMENTOS FRUTO DE ACORDO FIRMADO PELA 5ª VT DA CAPITAL**



Entrega de próteses, cadeiras de rodas e estabilizadores beneficiou mais de 249 pacientes

O Centro Catarinense de Reabilitação (CCR) recebeu, dia 4 de abril de 2016, a segunda etapa de uma doação que garantiu um total de R\$ 500 mil em equipamentos para 249 pacientes, beneficiados com próteses, cadeiras de rodas e estabilizadores. O valor é decorrente de um acordo judicial

firmado pela 5ª Vara do Trabalho de Florianópolis em um processo movido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT-SC) contra uma grande rede de supermercados de Florianópolis.

“Se tivesse que resumir em uma frase tudo o que está acontecendo hoje, eu diria que essa doação garantiu o retorno da dignidade, o direito de ir e vir, a inclusão social dessas pessoas”, agradeceu, emocionado, o diretor do CCR, Marcelo Lemos dos Reis.

Pelo TRT-SC, estiveram presentes na entrega dos equipamentos a juíza titular da 5ª VT, Rosana Basilone Leite Furlani, a diretora de secretaria Cleudes Silveira Martins e o estagiário Arthur da Silva Simon. Logo após, a comitiva do TRT se reuniu com o procurador regional do trabalho Luciano Carlesso, o diretor do CCR Marcelo Lemos Reis e o superintendente dos hospitais públicos do Estado, Heron Felício Pereira. Eles discutiram as dificuldades na área da saúde e a importância dessa doação, que reduz o tempo de espera para quem precisa dos equipamentos.

O diretor do CCR explicou que, muitas vezes, leva-se meses para fazer uma licitação, o que pode inviabilizar o uso do equipamento. “Se for para uma criança, por exemplo, ele pode nem servir mais, já que são todos feitos sob medida”, esclareceu.

#### **05.04.16 - TRT-SC TEVE O SEGUNDO MAIOR ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM 2015**



Resultado foi divulgado na 1ª Reunião de Análise da Estratégia do ano, que serve para avaliar e ajustar rumos do plano estratégico

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) obteve o segundo melhor índice de conciliação dentre toda a Justiça do Trabalho em 2015. As informações foram divulgadas durante a 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE), em 30 de março de 2016, que tem por finalidade avaliar e discutir a execução do Plano Estratégico e o cumprimento das metas institucionais. No alcance geral das metas, o TRT-SC ficou na quinta posição. Os dados são do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Atrás apenas da 9ª Região (Paraná) – que obteve um índice de 49,4% –, o TRT-SC conciliou 48% dos processos solucionados na fase de conhecimento, o que representa praticamente um acordo para cada sentença proferida. Apesar disso, nenhum dos dois cumpriu a meta nacional (meta 9) do CSJT, de aumentar em 1% a quantidade de conciliações em relação a 2014.

De acordo com o servidor da Secretaria de Gestão Estratégica (Segest) Fábio Zapelini Rebelo, isso

aconteceu porque o Tribunal já possuía um bom índice. “Nesse caso específico, quanto melhor o desempenho, mais difícil é atingir a meta”, avaliou o servidor, que coordena a Assessoria de Desenvolvimento Institucional. Para 2016, o critério foi alterado e agora o objetivo é que os tribunais alcancem um índice mínimo de 45% de conciliações.

O TRT-SC também atingiu outros bons resultados. Na Meta 10, que busca identificar e reduzir o acervo de processos dos maiores litigantes, o Tribunal ficou em primeiro lugar. Já na Meta 8 – identificar e julgar todas ações coletivas distribuídas até 2012 no primeiro grau e até 2013 no segundo grau –, o objetivo foi alcançado no segundo grau, faltando apenas quatro processos para atingi-la no primeiro.

Mesmo cumprindo apenas três das nove metas processuais de forma integral (primeiro e segundo graus), o TRT-SC obteve a quinta posição geral no cenário nacional, entre 24 Tribunais, de acordo com o índice de alcance de metas criado pelo CSJT. Isso porque o Conselho não considera apenas se a meta foi atingida ou não, mas reconhece o esforço do órgão na tentativa de alcançá-la, atribuindo uma pontuação pelo desempenho no quesito. Assim, o índice de alcance do TRT catarinense em 2015 foi de 53 pontos, num máximo de 69 possíveis, ficando empatado com a 13ª (PB) e 17ª (ES) regiões.



'Cenário exige que sejamos críticos, criativos e realistas', afirmou o presidente Graciano Petrone

Apesar dos cortes orçamentários e do déficit de servidores, o TRT-SC tem agora o desafio de cumprir as metas estratégicas para 2016. “É o momento de sermos críticos, criativos e realistas para definirmos que caminho trilhar nesse cenário”, ponderou o presidente do TRT-SC, desembargador Graciano Petrone.

Na reunião, o presidente leu trechos de um ofício circular encaminhado no início de março pelo ministro Ives Gandra, presidente do CSJT e do TST. O documento informa que os resultados obtidos pelo TRT-SC ficaram abaixo do esperado em algumas metas e solicita atenção para o cumprimento delas em 2016.

Para o novo gestor estratégico do Tribunal, juiz Ricardo Kock Nunes, mais importante do que verificar ou não o cumprimento das metas é entender as dificuldades que impedem as varas de atingi-las. “Muitas vezes unidades com porte e movimentação processual semelhantes apresentam resultados bem diferentes. A questão maior, portanto, é saber por que isso acontece”, explica Nunes,

que sucede o juiz Alexandre Luiz Ramos na função.

Ele também adiantou que o Tribunal fará um acompanhamento mais ativo do desempenho das unidades ao longo do ano. Ele citou o exemplo das audiências na fase de execução, quesito em que o Regional por pouco não cumpriu a meta. “Se cada unidade tivesse feito mais três audiências ao longo do ano, a meta estaria alcançada. Acredito que esse seja o papel do Tribunal: ter esses números na mão e orientar as unidades”, explicou o magistrado.

### **17.05.16 - TRT-SC HOMOLOGA ACORDO QUE BANE O USO DO AMIANTO NO ESTADO**

*Última empresa catarinense a utilizar a substância comprometeu-se a substituí-la por outros tipos de fibras*



Após cinco anos de litígio, o Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina (MPT-SC) e a fabricante de telhas e caixas d'água Imbralit chegaram a um acordo na ação civil pública que pedia a condenação da empresa por expor seus trabalhadores ao amianto, espécie de mineral considerado cancerígeno. O acordo judicial foi proposto e assinado pelos procuradores do trabalho Luciano Lima Leivas e Márcia Kamei Lopez Aliaga, gerente e vice-gerente do Projeto Nacional de Banimento do Amianto, e a conciliação homologada em 12 de maio pelo juiz do trabalho Charles Baschiroto, coordenador do Núcleo de Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho catarinense.

A empresa deverá pagar o valor de R\$ 1 milhão a título de dano moral coletivo, a ser revertido ao fomento de pesquisas científicas e atividades acadêmicas sobre os efeitos da exposição ocupacional e ambiental ao amianto. Outra medida imposta à Imbralit é o acompanhamento da saúde de empregados e ex-empregados que laboraram na planta industrial nos últimos 30 anos, período que os danos causados pelo amianto podem levar para se manifestar. Além disso, a fabricante está proibida de estocar, fabricar produtos e manter resíduos do amianto em sua planta industrial.

A Imbralit foi a última empresa catarinense a utilizar o amianto em seu processo produtivo. Se descumprir o acordo, pode levar multas que variam de R\$ 2,5 mil a R\$ 100 mil por infração. Ficou estabelecida a data de 31 de dezembro de 2015 como marco do encerramento de todas as atividades de aproveitamento econômico de amianto crisotila na empresa, período em que o grupo anunciou a sua substituição por fibras alternativas no processo de produção. A data também foi adotada para estabelecer as demais cláusulas do acordo.

## 19.05.16 - TRT-SC FIRMA NOVA PARCERIA COM FIESC PARA PROMOVER AMBIENTE SAUDÁVEL NAS INDÚSTRIAS DE SC



Desembargadores Mari Eleda Migliorini e Roberto Guglielmetto representaram a Justiça do Trabalho catarinense na cerimônia

Os desembargadores do trabalho Roberto Guglielmetto, gestor regional do Programa Trabalho Seguro (PTS), e Mari Eleda Migliorini, vice-presidente do TRT-SC e diretora da Escola Judicial, assinaram no dia 18 de maio, em Florianópolis, um termo de parceria com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) para reforçar ações voltadas à segurança e à saúde dos trabalhadores da indústria catarinense.

A "Aliança Saúde e Competitividade" quer buscar o engajamento e a participação de lideranças empresariais, acadêmicas, políticas e da sociedade na promoção da saúde e ambientes seguros para o trabalho, além de reposicionar o tema como um dos fatores estratégicos para a competitividade da indústria. “Auxiliar a adoção de boas práticas e promover ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis é trazer mais competitividade à indústria catarinense”, afirmou o presidente da Fiesc, o empresário Glauco José Côrte.



“Investir em ambientes mais seguros e saudáveis traz competitividade” afirmou Glauco Côrte (ao centro, de terno marrom)

A Aliança também fará a divulgação de pesquisas, ações de sensibilização e mobilização em rede alinhadas às necessidades e interesses da indústria, além de compartilhar mundialmente as melhores práticas de saúde e produtividade no local de trabalho.

A cerimônia aconteceu durante a 5ª edição da "Jornada Inovação e Competitividade", que reúne

dezenas de empresários na Capital para uma série de palestras. O convidado desta quarta-feira foi o diretor do Centro de Pesquisa em Gestão de Saúde na Universidade de Michigan, o médico e pesquisador Michael O'Donnell.

Estilo de vida

Segundo o convidado, nos Estados Unidos cerca de 80% das mortes precoces acontecem pelo estilo de vida das pessoas, e o Brasil segue um padrão semelhante. Para reverter esse cenário, ele defende que as empresas assumam o papel de promover hábitos saudáveis a partir do trabalho, motivando seus empregados e diminuindo gastos com despesas médicas.

Dentre as medidas que podem ser adotadas pelas empresas, O'Donnell citou o estímulo para que as pessoas se movimentem no ambiente de trabalho, usando escadas, por exemplo, e também o investimento em campanhas que incentivem a prática de esportes e a alimentação saudável. “Temos melhores resultados quando mobilizamos as pessoas no seu ambiente de trabalho do que na sua comunidade”, afirmou.

### **23.05.16 - TRT-SC REALIZA ATO PÚBLICO CONTRA CORTES ORÇAMENTÁRIOS**

Objetivo é alertar sociedade sobre prejuízos que restrições podem causar ao cidadão. Sem recursos, Justiça do Trabalho pode ficar inadimplente em outubro



O TRT-SC realizou, dia 24 de maio, às 14h, um ato público para alertar a sociedade sobre os prejuízos que o corte imposto pela Lei Orçamentária Anual (LOA) pode acarretar no serviço prestado pela instituição. A Justiça do Trabalho teve uma redução média de 90% nos investimentos e de 29% em sua verba de custeio, que cobre despesas básicas como luz, água, telefone, vigilância e serviços de limpeza. Em todo o Brasil, o corte no orçamento da Justiça do Trabalho alcança quase R\$ 800 milhões.

A situação do TRT-SC é ainda mais crítica, pois os cortes no custeio chegaram a 37% (R\$ 16 milhões). A restrição nos investimentos, por sua vez, inviabilizou a continuidade das obras do Foro de Chapecó e a conclusão do novo prédio da Justiça do Trabalho em São José. “Corremos o risco de ficar inadimplentes, o que pode nos levar a adotar atitudes mais drásticas. Não bastasse isso, a crise econômica aumentou em 19% o número de processos no primeiro trimestre deste ano, em comparação ao ano passado, e sequer temos autorização para realizar concurso”, lamentou o presidente do TRT-SC, desembargador Gracio Petrone.

Para tentar equilibrar as contas, o Tribunal depende de um decreto do Governo Federal para utilizar R\$ 6 milhões que ele mesmo economizou no ano passado, graças a convênios firmados com a Caixa e o Banco do Brasil sobre valores dos depósitos recursais dos processos. Se esse montante não for liberado, o corte pode chegar a R\$ 22,7 milhões, o que poderá comprometer o pagamento das despesas de custeio a partir de outubro.

“A hora para tentar fazer alguma coisa é agora. Qualquer um que defenda esta instituição tem de comparecer ao ato, pois a Justiça do Trabalho está sendo sucateada de forma deliberada”, conclamou o presidente, referindo-se ao fato do corte no Judiciário Trabalhista ter sido maior do que nos outros ramos do Judiciário Federal.

#### Desvio de finalidade

Além dos atos, outras iniciativas tentam restabelecer o orçamento original. A Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), por exemplo, propôs uma ação declaratória de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal sob o fundamento de que o relator-geral do orçamento no Congresso, deputado e atual ministro da saúde, Ricardo Barros (PP-PR), teria agido com desvio de finalidade da atividade legislativa.

Nele, o parlamentar justifica a necessidade de cortes porque "as regras atuais estimulam a judicialização dos conflitos trabalhistas, na medida em que são extremamente condescendentes com o trabalhador". O deputado afirma ainda que a situação "é danosa às empresas e ao nosso desenvolvimento econômico".

Em entrevista concedida ao jornal Valor Econômico, o presidente da Anamatra, Germano Siqueira, disse que a maneira como os cortes foram definidos pelo Congresso é gravíssima do ponto de vista democrático. "Discutir a legislação é um papel do legislador, mas impor isso ao Poder judiciário por meio do corte orçamentário é inadmissível", afirmou.

#### Meio bilhão de reais em direitos trabalhistas

- Segundo o relatório “Justiça em Números”, em 2014 a Justiça do Trabalho brasileira consumiu 14 bilhões, o que representou 0,63% das receitas da União naquele ano e um custo anual de R\$ 70 por habitante. Em contrapartida, os valores pagos nas ações trabalhistas garantiram o pagamento de mais de R\$ 17 bilhões em direitos trabalhistas sonegados – R\$ 554 milhões somente em Santa Catarina. Em 2015, a Justiça do Trabalho de Santa Catarina recebeu mais de 86 mil processos, um recorde em 35 anos de existência do TRT-SC

### **20.06.16 - JUSTIÇA DO TRABALHO DE SC FIRMA MAIS DE R\$ 17 MILHÕES EM ACORDOS DURANTE 2ª SEMANA DA CONCILIAÇÃO TRABALHISTA**

Resultado é 70% superior ao de 2015

AVT de Fraiburgo, comandada pela juíza Valquiria Bastos, arrecadou mais de meio milhão de reais em apenas quatro dias de mobilização

Um acordo de R\$ 293 mil celebrado entre 42 funcionários e uma universidade de Blumenau foi apenas um entre os 600 homologados pela Justiça do Trabalho catarinense durante a 2ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, que este ano bateu um recorde no estado: R\$ 17,2 milhões

arrecadados, 70% a mais que o valor de 2015. O evento ocorreu de 13 a 17 de junho de 2016.

Promovida anualmente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em parceria com os órgãos trabalhistas de todo o país, a Semana é uma ação concentrada para conciliar o maior número possível de processos e fortalecer a cultura do diálogo. Os resultados mostram que os esforços realizados pelo Tribunal e pelas varas do trabalho de Santa Catarina deram resultado: das 1.200 audiências realizadas, quase 50% terminaram em acordo. Cerca de R\$ 600 mil serão revertidos para a União, a título de imposto de renda e contribuições previdenciárias.

Os cinco dias de mobilização envolveram 109 juízes, cinco desembargadores e 146 conciliadores, beneficiando mais de quatro mil pessoas. Dos 600 acordos, 564 foram celebrados em processos do primeiro grau, em audiências realizadas por 40 unidades judiciárias e pelo Serviço de Apoio Judiciário à Primeira Instância (Conap), que coordenou o evento no TRT-SC. O Conap também promoveu as audiências de segundo grau, conduzidas pelo presidente Gracio Petrone, pelo juiz auxiliar da Presidência, Ricardo Nunes, e pelas desembargadoras aposentadas Ione Ramos e Lourdes Dreyer.

### **14.07.16 - 3ª VARA DO TRABALHO DE BLUMENAU INAUGURA NOVA SEDE NESTA QUINTA (14)**

#### **Unidade vai ocupar sétimo andar do prédio do Banco do Brasil, no Centro**

A 3ª Vara do Trabalho de Blumenau está de casa nova: magistrados e servidores mudaram da Avenida Beira-Rio para o sétimo andar do prédio do Banco do Brasil, no Centro, localizado na Rua XV de Novembro. A cerimônia de inauguração aconteceu em 14 de julho de 2016, às 14h, com a presença do presidente do TRT-SC, desembargador Gracio Petrone.

A mudança faz parte do plano do TRT-SC em reunir no mesmo local todas as quatro unidades da jurisdição. A 1ª e 4ª Vara já estão no mesmo prédio, em espaço cedido de forma gratuita pelo Banco do Brasil. Além de contar com instalações mais amplas e modernas, a nova sede também está num local mais acessível para partes e os advogados. Para fazer todas as adaptações necessárias, incluindo mobiliário e rede elétrica, por exemplo, foram investidos R\$ 743 mil. A estimativa é que esse valor seja amortizado nos próximos anos, já que o espaço também será cedido pelo banco, sem qualquer custo de aluguel.

"As novas instalações proporcionarão melhor atendimento aos jurisdicionados e advogados, bem como qualidade de vida aos Juízes e servidores", avalia o juiz titular da unidade, José Lúcio Munhoz.

Diante da dificuldade de encontrar terrenos no município, o TRT negocia a compra de pelo menos cinco andares do prédio para completar o processo de instalação integral do Fórum no Centro. No entanto, segundo o presidente do TRT-SC, desembargador Gracio Petrone, o corte orçamentário inviabilizou a aquisição para este ano. Com o impasse, a 2ª Vara e os órgãos auxiliares permanecem na Av. Beira-Rio, em imóvel próprio do Tribunal.

#### **Cidade teve “boom” de processos trabalhistas**

Nos primeiros quatro meses deste ano, Blumenau foi a jurisdição que teve maior aumento de processos trabalhistas em todo o estado: ao todo foram 3.250 novos processos, o que representou um crescimento de 69% em relação ao mesmo período do ano passado — a média estadual foi de 19% no período. Uma das causas do fenômeno é o fechamento (ou pedido de recuperação judicial) de grandes empresas da região, em razão da crise econômica.

### **01.12.16 - COM 23 ANOS DE MAGISTRATURA, ALEXANDRE RAMOS É O NOMEADO DESEMBARGADOR DO TRT-SC**

O magistrado Alexandre Luiz Ramos é o mais novo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC). A nomeação, pelo Presidente da República, foi pelo critério de merecimento e publicada em 1.º de dezembro de 2016 no Diário Oficial da União.

O desembargador nomeado tem 23 anos de magistratura e vai ocupar a vaga de Águeda Maria Lavorato Pereira, aposentada em agosto deste ano. Concorreram com Ramos os juízes Narbal Fileti, da 2ª Vara do Trabalho de Tubarão, e Reinaldo Branco de Moraes, da Vara do Trabalho de Indaial. Agora falta apenas a definição do representante da OAB-SC para que o quadro de desembargadores volte a ficar completo, com seus 18 integrantes.

Para Alexandre Ramos, que coordenou nacionalmente as reuniões de planejamento estratégico da Justiça do Trabalho por quase três anos, os ataques que o Judiciário Trabalhista vêm recebendo são uma boa oportunidade para analisar a atuação do órgão sob uma nova perspectiva.

“A Justiça do Trabalho deve ser uma engrenagem da infraestrutura que conduza o país ao desenvolvimento social e econômico”, avalia. Para que isso aconteça, segundo ele, a instituição deve garantir um ambiente negocial que seja seguro e previsível para os três pilares da economia: investidores, empreendedores e trabalhadores.

### **Trajetória**

Gaúcho de Porto Alegre, Alexandre Ramos tem 48 anos e começou na Justiça do Trabalho como servidor, em 1988. Cinco anos depois, passou no concurso para juiz da 12ª Região, atuando como substituto até 1998, ano em que foi promovido a titular. Nesta condição, trabalhou em Xanxerê, Chapecó, Araranguá, Imbituba, Itajaí, São José e Florianópolis, onde comandava a 6ª VT.

No currículo acadêmico, possui um mestrado e um doutorado em Direito do Trabalho, ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é professor convidado permanente da Escola Superior de Advocacia de Santa Catarina, mas já deu aula também na UFSC, Cesusc e Amatra 12.

No TRT-SC, Alexandre Ramos esteve envolvido em duas importantes atividades institucionais. Nos anos de 2012 e 2013, foi um dos gestores regionais do Programa Trabalho Seguro. Nos dois anos seguintes, além de ser o juiz gestor estratégico e de metas do TRT-SC, passou a coordenar o Comitê Gestor Estratégico Nacional da Justiça do Trabalho, com assento também no comitê sobre o mesmo tema no Conselho Nacional de Justiça.

### **06.12.16 - PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO, TRT-SC É CONDECORADO POR EFICIÊNCIA NA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS**

O TRT-SC de Santa Catarina conquistou pelo terceiro ano consecutivo o Selo Justiça em Números, categoria Ouro, um reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais que investem no aprimoramento da gestão de suas informações. A solenidade de entrega ocorreu dia 5 de dezembro, durante a programação do 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília (DF).

No total, 73 tribunais receberam a premiação distribuída nas categorias Diamante, Ouro, Prata e

Bronze. O Selo Diamante foi concedido a oito tribunais, seis deles trabalhistas. Já o Selo Ouro foi entregue a 41 tribunais, sendo 16 da Justiça do Trabalho. Para a diretora da Secretaria de Gestão Estratégica (Segest) do TRT-SC, Fernanda Gomes Ferreira, o selo representa o conjunto de iniciativas de diversas áreas para o aprimoramento da gestão estatística.

"A área de gestão estratégica é só uma catalisadora, são as áreas que determinam essa conquista. Estamos felizes por mais um ouro conquistado, é nosso terceiro! Mas seguiremos envidando esforços para obter o Diamante", afirmou.

São considerados tribunais com nível de excelência na gestão da informação aqueles capazes de extrair dados analíticos de todas as unidades judiciárias em sistemas padronizados, de acordo com as regras das Tabelas Processuais Unificadas (Resolução nº 46/2007) e do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do CNJ.

## **O Selo**

O Selo Justiça em Números foi criado em outubro de 2013 para fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário, sobretudo referentes ao Relatório Justiça em Números. A concessão do Selo considera o encaminhamento adequado das informações, com atenção aos prazos e à consistência dos dados, assim como o nível de informatização, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

## **07.12.16 - PJE COMPLETA CINCO ANOS COM 261 MIL PROCESSOS PROTOCOLADOS EM SANTA CATARINA**

Há exatamente cinco anos começava a funcionar nacionalmente o Processo Judicial Eletrônico, o PJe. O TRT-SC foi pioneiro na implantação do sistema, que teve início na Vara do Trabalho de Navegantes antes de se expandir por todo o país. Desde então, somente em Santa Catarina já foram protocolados 261 mil processos eletrônicos - 230,8 mil na primeira instância e 30,2 mil na segunda.

Atualmente, os processos virtuais no TRT-SC já superam os que tramitam em papel. Dos 202 mil processos que correm na primeira instância, 109 mil (54%) são virtuais. Se analisarmos a segunda instância, a diferença é ainda maior: dos 14 mil processos tramitando, 10 mil deles (71,5%) estão no PJe.

Além da economia de papel, a agilidade na tramitação processual é uma das principais vantagens proporcionadas pelo sistema. Com o PJe, os chamados "tempos mortos" do processo – como furar, carimbar e numerar páginas, por exemplo - são eliminados, o que agiliza a chegada da ação para o julgamento do magistrado.

## **Expansão**

Durante os quatro primeiros anos do sistema, o TRT-SC se esforçou para expandi-lo com segurança nas 60 unidades da jurisdição. O servidor Luiz Alexandre Bergmann, que participou desde o início, primeiramente como diretor da Vara do Trabalho de Navegantes e depois como membro da equipe de implantação, relembra essa trajetória com satisfação.

"No começo a resistência foi grande. Muitos tinham receio de migrar do papel para o virtual, mas acreditamos em um sonho e ele aconteceu", recorda Bergmann. "Isso foi possível pelo empenho de uma equipe que sempre esteve em campo e pelo auxílio de várias áreas do Tribunal", acrescenta.

A última unidade da jurisdição a receber o sistema foi a 2ª Vara do Trabalho (VT) de Itajaí, em novembro do ano passado. De acordo com Willian Paulo Pereira, diretor da VT, a adaptação foi fácil. “Uma das vantagens do PJe é que o fluxo de tarefas já faz parte do próprio sistema, favorecendo a celeridade processual”, explica o servidor.

## **Melhorias**

Para o juiz do trabalho Luiz Carlos Roveda, primeiro magistrado do Brasil a usar o PJe, em Navegantes, o sistema foi bastante aprimorado desde a sua implantação, mas pode evoluir ainda mais. “Houve melhorias em vários sentidos, como no desempenho, na usabilidade e na segurança. Entretanto, a arquitetura do sistema precisa ser revista para que ele se adapte às evoluções tecnológicas”, avalia o magistrado. “Me sinto orgulhoso de ter feito parte do grupo que deu os primeiros passos com o PJe, mas temos que continuar caminhando”, conclui.

De acordo com Valdir Cunha, analista da Setic, uma das alternativas encontrada pelos Regionais para minimizar a rigidez do PJe é a criação de ferramentas que melhorem a experiência do usuário, chamadas de sistemas satélites. O TRT-SC, por exemplo, desenvolveu o módulo de Gestão Interna de Gabinetes e Secretaria (GIGS). Incorporada ao PJe, a ferramenta facilita o gerenciamento do fluxo de processos no primeiro e segundo graus.

## **08.12.16 - TRAJETÓRIA DE 35 ANOS MARCADA POR DESAFIOS E SUPERAÇÃO**

Hoje com 60 unidades e uma estrutura que movimentava quase 2 mil pessoas, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) nasceu numa casinha simples, de paredes brancas e muro baixo. À sombra do flamboyant que ainda pode ser visto na Rua Rafael Bandeira, no Centro de Florianópolis, um grupo de seis pessoas passou a se reunir em julho de 1981 para uma tarefa incomum: tirar um tribunal do papel.

A semente havia sido plantada no dia 7 do mês anterior, quando o presidente militar João Figueiredo sancionou a Lei nº 6.928, criando o Tribunal com sede na capital catarinense. A reivindicação por um tribunal próprio era crescente no estado, que já contava com 14 juntas de conciliação para tratar de conflitos trabalhistas. Os recursos, no entanto, tinham de ser julgados em Curitiba, sede do TRT da 9ª Região (Paraná).

O projeto germinou na “Casa Branca” por quatro meses, sob clima de efervescência política. O país assistia à escalada de greves e do movimento pela redemocratização. Liderada por José Fernandes da Câmara Canto Rufino, juiz togado mais antigo do estado, a comissão formada por servidores do TRT da 9ª Região e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) precisava correr contra o tempo.

## **Início difícil**

A sede escolhida para a instalação do Regional foi um prédio de quatro andares alugado na Rua Saldanha Marinho, no coração do centro comercial da cidade, inaugurado no dia 11 de dezembro daquele ano. O Tribunal ganhava corpo, mas sua estrutura ainda era frágil. A inexperiência institucional era agravada pela escassez de recursos e equipamentos básicos como papel, escrivinhas e máquinas de escrever, que eram doados pelo Município, sindicatos, advogados e empresários.

Com oito magistrados — seis togados e dois classistas temporários — e tendo Rufino como seu primeiro presidente, a Corte absorveu inicialmente 250 processos de Curitiba e fechou seu primeiro ano com 1.988 ações recebidas. O Tribunal contava então com 173 servidores e boa parte do trabalho era feito na própria casa dos magistrados, auxiliados por assessores e assistentes.

Em 1983, a compra do terreno da antiga Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de SC, na Rua Esteves Júnior, daria ao Regional uma sede mais robusta. Reformada com o trabalho de servidores do quadro — os chamados artificiais — o projeto só foi concluído em 1989, já que a liberação mensal dos recursos era corroída pela inflação.

### **Escalada de ações**

A mudança ocorreu num momento político decisivo para o país. Promulgada no ano anterior, a Constituição-cidadã de 1988 ampliava e consolidava uma série de direitos aos trabalhadores. A avalanche de ações não tardou: em apenas um ano, o número de novos processos subiu 40%, chegando a 31 mil em 1989.

A recessão que marcou os anos 90 desacelerou a economia, mas não reverteu o crescimento das ações trabalhistas, impulsionando a ampliação do colegiado, sua divisão em turmas e a expansão das unidades. Em 1991, o estado contava com 44 varas e a Justiça do Trabalho recebeu 44 mil novos processos. Ao final da década, o esse número subiria para 52 mil.

Antes exclusivamente manual, o trabalho no Tribunal ia incorporando importantes avanços tecnológicos, como os primeiros computadores, que começaram a ser usados nas varas por iniciativa dos próprios juizes. Em 1996 foi lançado o SAP, sistema eletrônico de acompanhamento processual desenvolvido totalmente pelo TRT-SC, cujo sucesso criou a cultura institucional para a chegada do processo eletrônico.

### **Sob ataque, Tribunal cresceu**

Em 1999, um susto: na esteira das discussões sobre a Reforma do Judiciário, que acabou extinguindo a representação classista e transformou as juntas em varas, surgiu no Congresso a proposta de extinção da Justiça do Trabalho. A reação de diversos setores não apenas sepultou a ideia, mas também pavimentou o caminho para que, em 2004, o mesmo Congresso ampliasse as competências da JT por meio da Emenda Constitucional nº 45.

A mudança sinalizava uma nova enxurrada de ações e desafios mais complexos, obrigando o TRT-SC a se modernizar. O Regional criou sua Escola Judicial (2005) e remodelou sua estrutura administrativa, passando a adotar formalmente um Planejamento Estratégico (2008). Em 2011, a Vara de Navegantes foi a primeira do país a implementar o PJe. A atuação dos magistrados ultrapassou o âmbito das decisões, com a criação de programas dedicados a ações preventivas voltadas para o Trabalho Seguro e o Combate ao Trabalho Infantil (2012).

Após concluir a expansão da plataforma digital a todas as suas unidades, em 2015, o TRT-SC enfrentou em 2016 o maior corte orçamentário de sua história. Graças a uma série de medidas e a mobilização de magistrados e servidores, o Regional garantiu que o atendimento à população não fosse prejudicado, mantendo a produtividade e o alto grau de conciliação (48% no primeiro grau), o segundo maior do país.

Forjado na adversidade, o TRT-SC encerra um de seus anos mais difíceis fortalecido pela chegada de dois novos juizes, um desembargador e 78 servidores. Boas notícias que, como as flores vermelhas da árvore da “Casa Branca”, prenunciam uma nova estação. “Todas as vezes que a Justiça do Trabalho é atacada o resultado é inverso ao pretendido”, relembra o presidente Gracio Petrone.

**08.12.16 - JUSTIÇA DO TRABALHO INAUGURA ESPAÇO VOLTADO À CONCILIAÇÃO NO SEGUNDO GRAU**

O TRT-SC inaugurou em 7 de dezembro de 2016 um espaço voltado à promoção do diálogo e conciliação entre as partes: o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas de 2º Grau (Cejusc), instalado no térreo do prédio anexo à sede da Rua Esteves Júnior. A solenidade, que também faz parte da programação dos 35 anos do Tribunal, contou com a presença de magistrados e servidores do TRT-SC, advogados e representantes da Justiça Federal.

A criação do espaço atende à [Resolução 174/2016](#) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que determina que os TRTs implantem centros com a atribuição de realizar audiências de conciliação e mediação de processos em qualquer fase ou instância, inclusive os pendentes de julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST). No TRT-SC, além do Cejusc inaugurado, funciona desde junho o Centro de Conciliação de Florianópolis, no Fórum da Capital, voltado a processos tramitando na primeira instância.

“Queremos também pautar ações envolvendo os maiores litigantes”, anunciou o juiz auxiliar da Presidência, Ricardo Nunes, que irá coordenar o Cejusc de 2º Grau. Uma das novidades, segundo ele, é que a presença das partes poderá ser dispensada, facilitando a participação de quem mora no interior. “A negociação poderá ser feita via WhatsApp, e-mail ou qualquer outro meio que aproxime os litigantes. O objetivo é chegar a uma composição que seja benéfica para ambas as partes”, afirmou.

Para o presidente do TRT-SC, desembargador Gracio Petrone, mais que um desafio, o cumprimento resolução do CSJT representa um avanço na concretização do objetivo inicial da Justiça do Trabalho, que é promover a democratização do acesso à Justiça e a pacificação social. “Costumo dizer que uma sentença encerra o processo, mas a conciliação encerra o conflito. Esse é o caminho”, assinalou.

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil em SC, Ramon Carmes, destacou a necessidade de se promover a conciliação como forma de desafogar o Judiciário, que está saturado. “Só no último ano, ingressaram na Justiça do Trabalho catarinense 111 mil novos casos. A sociedade está vivendo em pé de guerra. A nossa classe apoia de maneira irrestrita todos os meios criados em prol da solução célere de litígios. Conciliar é preciso”, decretou.

## **15.12.16 - 2ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS OBTÉM ACORDO DE R\$ 100 MILHÕES EM PROCESSO QUE TRAMITA HÁ 26 ANOS**

### **Conciliação promovida pelo juiz Válter Túlio (e) vai beneficiar cerca de mil trabalhadores do INSS**

O juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis, Válter Túlio Amado Ribeiro, homologou, em 14 de dezembro, um acordo parcial de cerca de R\$ 100 milhões que beneficiará 1.032 trabalhadores. O processo tramita desde 1990 e trata da incorporação e atualização de abonos salariais a ex-funcionários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

A audiência de conciliação foi realizada no Centro Judiciário de Cidadania e Solução de Conflitos do Fórum Trabalhista de Florianópolis, com a presença de advogados do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina (Sindprev) e do procurador federal César Dirceu Obregão Azambuja, representando o INSS.

No acordo homologado entre as partes, dos 1.495 trabalhadores listados no processo o INSS irá liberar o pagamento para 1.032, com juros atualizados até maio de 2015. O pagamento dos demais 463 segue para a decisão do juiz Válter Túlio Amado Ribeiro, da qual caberá recurso.

## **26 anos**

Quando a ação foi protocolada pelo Sindiprev, a moeda vigente no país ainda era o cruzeiro. O longo período de tramitação deve-se aos inúmeros recursos utilizados pelo INSS para reabrir a discussão. Só em 2015 foram cinco: dois mandados de segurança, um incidente de suspensão de liminar e antecipação de tutela, uma medida cautelar e uma ação rescisória.

## **Conciliação**

Criado para acelerar a solução de processos trabalhistas através do acordo entre as partes, o Centro Judiciário de Cidadania e Solução de Conflitos do Fórum Trabalhista de Florianópolis completou seis meses em dezembro. Seu espaço é composto por catorze mesas redondas, duas para cada vara - uma para a negociação e outra para a homologação dos acordos -, todas sob a coordenação do juiz Válter Túlio Amado Ribeiro.

## **24.01.17 - INICIATIVA DO TRT-SC QUER UNIR PAIS, PROFESSORES E ALUNOS DA REDE PÚBLICA EM DEBATE SOBRE TRABALHO INFANTIL NO ESTADO**

### **Secretária Elza Moretto e desembargadora Lourdes Leiria: parceria contra o trabalho infantil**

Com quase 100 mil crianças e adolescentes trabalhando, Santa Catarina é um dos estados com maior incidência de trabalho infantil no país, na faixa etária de 5 a 17 anos. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, realizada pelo IBGE. Para ajudar a mudar esse quadro, a Justiça do Trabalho quer distribuir este ano 20 mil cartilhas a alunos da rede pública, alertando pais e alunos para uma lista de riscos que inclui exposição a agrotóxicos, ataques de animais e acidentes com máquinas.

“Muitos pais acham que o trabalho vai ajudar na formação dos filhos, mas isso é um grave equívoco”, avalia a desembargadora Lourdes Leiria, responsável por coordenar o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC). “Os dados mostram que, quanto mais cedo uma pessoa começa a trabalhar, mais dificuldades encontra na sua carreira”.

Dia 23 de janeiro de 2017, Lourdes Leiria se reuniu em Florianópolis com a secretária-adjunta de Educação de Santa Catarina, Elza Moretto, a quem apresentou o material produzido pelo Tribunal e pediu apoio institucional na distribuição das cartilhas. A magistrada sugeriu priorizar escolas de regiões com maior incidência de trabalho rural e doméstico, alcançando alunos de oito a 12 anos, proposta que será avaliada pela equipe da Secretaria.

De acordo com o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, de 2007 até julho de 2016, 915 crianças e adolescentes sofreram acidentes graves de trabalho no Estado (como mutilações e queimaduras, por exemplo), 60% deles na área rural. No Brasil, o número chega 21,7 mil. “A cartilha é um ponto de partida, uma forma de envolver pais e professores nesse debate”, destaca a desembargadora. “Na maioria das vezes, a família é um fator determinante”.

---

### **10.02.17 - JUSTIÇA DO TRABALHO DE SC CONSEGUIU REDUZIR EM 94% ESTOQUE DE PROCESSOS CONSIDERADOS ANTIGOS**

Um alívio para quem aguarda a resolução de sua questão trabalhista: a Justiça do Trabalho de Santa Catarina reduziu seu arquivo de processos antigos (distribuídos até o ano de 2014) de 57 mil para 4 mil ações pendentes de julgamento, uma queda de 94% em apenas dois anos. O cálculo leva em conta as ações de primeiro e segundo grau e não inclui os processos suspensos.

A maior parte das ações foi julgada nas 60 unidades de primeiro grau (varas do trabalho) distribuídas em todo o estado. Juntas, elas conseguiram solucionar mais de 51 mil processos – uma redução de 93% sobre o acervo de ações pendentes registrado em janeiro de 2015. As varas de Canoinhas, 3ª de Chapecó e 2ª de Itajaí conseguiram deixar seus arquivos “zerados”.

Já na segunda instância, composta pelos gabinetes dos desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SC), foram julgados mais de 95% dos processos considerados antigos, o que fez o estoque do segundo grau despencar de 5,5 mil para 310 ações.

#### **Meta era 90%**

Além da análise periódica dos arquivos pelo sistema eletrônico e-Gestão, que permite aos servidores e magistrados identificarem e priorizarem os processos mais antigos, as varas também contaram com o auxílio do juiz do trabalho e gestor de metas do TRT-SC, Ricardo Kock Nunes, que acompanhou o desempenho de cada unidade por meio de relatórios mensais.

“Verificando os relatórios observo se existem lançamentos equivocados ou processos que precisam de atenção, e informo aos juízes titulares e diretores das varas”, explica o magistrado.

Com o resultado, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) conseguiu bater a Meta Nacional 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabeleceu aos TRTs de todo o país o desafio de reduzir em pelo menos 90% seu acervo de processos distribuídos até 2014.

### **08.03.17 - TRT-SC INAUGURA SEDE PRÓPRIA DO FÓRUM TRABALHISTA DE SÃO JOSÉ**

Prédio possui seis andares e cinco mil metros quadrados de área construída, mais que o triplo da antiga sede.

## **09.03.17 - MULHERES OCUPAM 45% DOS CARGOS DESTINADOS A SERVIDORES DO TRT-SC**

Criado em Nova York há 160 anos, o Dia Internacional da Mulher surgiu para homenagear operárias que morreram queimadas em uma fábrica de tecido, durante uma manifestação em que pediam redução de jornada e direito à licença-maternidade. Atualmente, as mulheres ainda lutam para obter uma posição de destaque no mercado de trabalho, tanto no setor público quanto no privado.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 as mulheres já ocupavam a maioria dos postos no setor público: 55,3%. No entanto, em relação aos cargos de chefia, os dados mostram que a balança ainda pende em favor dos homens: dos 61 tribunais, entre superiores, federais, estaduais e trabalhistas, apenas 14 são comandados por elas. (fonte: site Migalhas)

No TRT-SC, a presença feminina no quadro de servidores é quase equivalente à masculina: elas ocupam 45% dos cargos entre 1.620 servidores ativos. Quanto aos magistrados, a proporção é um pouco menor: dos 131 que atuam aqui, 53 são mulheres, cerca de 40%. O equilíbrio também está presente na divisão de cargos em comissão ou funções comissionadas. Dos 1.084 cargos existentes, 527 estão com elas, enquanto 557 pertencem a eles.

### **Pioneira**

No Brasil, a primeira mulher a trabalhar como servidora pública foi Joana França Stockmeyer, que atuou como monotipista na Imprensa Nacional de 1892 até a sua aposentadoria, na década de 1940. Seu trabalho consistia em manejar o teclado de uma máquina perfuradora de papel. Por ser a pioneira no setor, em 5 de março de 2008 ela foi contemplada com o título “Patrona da Servidora Pública brasileira.”

## **29.03.17 - COLÉGIO DE PRESIDENTES E CORREGEDORES LANÇA CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Justiça, nosso trabalho. Esse é o lema da campanha que será lançada nacionalmente nesta sexta (31) pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) em defesa da Justiça do Trabalho e dos demais órgãos que atuam na aplicação da legislação trabalhista.



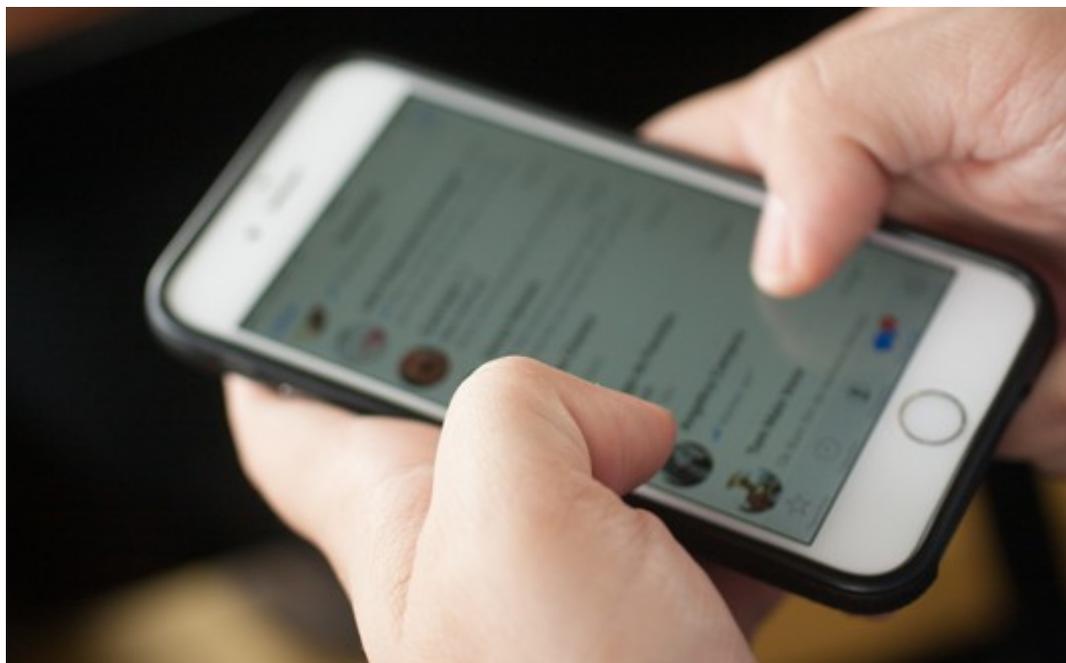
A campanha foi idealizada pelo Colégio de Presidentes e Corregedores (Coleprec) dos TRTs e será veiculada essencialmente nas redes sociais. “Nosso objetivo é conscientizar a sociedade sobre a importância da Justiça do Trabalho, que tem a função social de pacificar e solucionar os conflitos entre empregados e empregadores”, destaca a vice-presidente do Coleprec e corregedora do TRT-SC, desembargadora Lourdes Leiria.

Para marcar o início do movimento, alguns TRTs farão atos públicos em 31 de março. Por já ter realizado evento semelhante no ano passado, em função do corte de 37% em seu orçamento, o TRT catarinense desta vez vai apoiar a iniciativa por meio de seus canais nas redes sociais - Twitter e Facebook.

“Desde o ano passado, a Justiça do Trabalho vem sofrendo os mais variados ataques, a começar pela via orçamentária. Chegaram até a falar, de forma pontual, em sua extinção. O que precisa estar claro para a sociedade é que somente uma Justiça do Trabalho forte e atuante pode garantir a harmonia nas relações entre patrões e empregados”, afirma o presidente do TRT-SC, desembargador Gracio Petrone.

De acordo com o presidente do Coleprec, desembargador James Magno Araújo Farias (TRT-MA), o Direito do Trabalho brasileiro está “absolutamente” sintonizado com as melhores convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho. “Por meio dessa campanha, queremos que a sociedade reconheça, na Justiça do Trabalho, um espaço de proteção e acolhimento dos direitos sociais”, afirma o magistrado.

#### **18.04.17 - TRT-SC UTILIZA WHATSAPP COMO CANAL DE CONCILIAÇÃO**



O Tribunal adotou uma nova ferramenta para facilitar a negociação entre partes e advogados: o WhatsApp. A expectativa é que o conhecido canal de mensagens instantâneas agilize, a distância, questões pendentes em processos trabalhistas.

Para solicitar a inclusão de um processo em uma tentativa de conciliação a distância, os interessados

devem enviar e-mail para [secaj@trt12.jus.br](mailto:secaj@trt12.jus.br), com o número dos autos e o celular do advogado responsável pela negociação. O acompanhamento das mensagens será das 12h às 19h, de segunda a sexta, com exceção dos feriados.

De acordo com o Serviço de Conciliação e Apoio às Atividades Judiciárias (Secaj), responsável pela iniciativa, toda a conversa terá o auxílio do próprio setor, que irá atuar para facilitar o diálogo e fazer considerações quando necessário. Além do Secaj, a negociação será supervisionada pelo juiz Ricardo Nunes, coordenador do Centro de Conciliação do 2º Grau (Cejus).

Para Nunes, a alternativa irá ajudar a aproximar os litigantes. “Fazer a negociação através de um ambiente mais informal que uma sala de audiências, como o WhatsApp, pode deixar as partes mais à vontade, principalmente aquelas que estão lidando com a situação pela primeira vez. Consequentemente, elas podem chegar num acordo benéfico a ambos os lados”, avalia.

A princípio, o novo canal será utilizado para ações que estejam em segunda instância, mas, segundo Ricardo Nunes, se o resultado for positivo a iniciativa poderá ser estendida para o primeiro grau.

### **05.07.2017 – 13H34 - TRT-SC CONQUISTA PRIMEIRO LUGAR EM PRÊMIO DE COMUNICAÇÃO COM CAMPANHA SOBRE REDUÇÃO DE ENERGIA**



Servidores da Secom e presidente Gracio Petrone comemoram resultado

Um primeiro e um segundo lugares. Esse foi o saldo do TRT-SC no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, que condecora os melhores trabalhos de comunicação do sistema de Justiça em 14 categorias - o Tribunal concorreu em comunicação interna e vídeo institucional. A premiação ocorreu no dia 30 de junho, no encerramento do Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça, realizado durante dois dias em Maceió.

A primeira colocação veio na categoria comunicação interna, com a campanha de redução de energia “Se liga, desliga!”. Veiculada entre fevereiro e agosto de 2016, a ação teve o objetivo de conscientizar magistrados, servidores, estagiários e terceirizados sobre a importância de evitar o



desperdício e reduzir o consumo de recursos do Tribunal. A questão se tornou prioritária devido ao corte de R\$ 19,2 milhões (37,44%) aplicado ao orçamento de custeio da Justiça do Trabalho catarinense no ano passado - o Tribunal chegou a fazer um ato público alertando a sociedade sobre a situação, que quase levou a Corte a ficar inadimplente.

O segundo lugar foi conquistado na categoria vídeo institucional. “[Uma limitação, muitas possibilidades](#)” foi produzido para o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, lembrado em 3 de dezembro, e revela como o TRT-SC trata seus servidores com deficiência e como eles se sentem dentro da instituição. Tanto o vídeo quanto a campanha foram produzidos pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) do TRT-SC.

O presidente do TRT-SC, desembargador Gracio Petrone, foi quem acionou a Secom para a elaboração da campanha. “Essa conquista mostra que o trabalho em equipe é fundamental quando se quer atingir um objetivo. De pouco adiantaria a ideia se não houvesse um grupo competente de profissionais para executá-la. Dessa forma, o Tribunal foi duplamente vencedor: reduziu o consumo de energia e ainda ganhou um

prêmio”, disse o desembargador, que recebeu parte da equipe em seu gabinete dia 4 de julho.

O Grande Prêmio, que considera os votos do júri popular e da comissão julgadora, ficou com o Ministério Público Federal, com o projeto “Dez Medidas de Combate à Corrupção”.

Ao todo, foram 29 trabalhos inscritos na categoria comunicação interna e 25 vídeos institucionais. O Prêmio é organizado pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), entidade que reúne os assessores de comunicação de todo o sistema de Justiça, o que inclui representantes dos TRTs, TJs, TREs, TRFs, TST, CNJ, STJ, STF, CNMP, MPTs, MPF, AGU, MPEs, OABs e Defensorias Públicas.

### **15.08.17 - TRT-SC É O REGIONAL QUE MAIS JULGOU AÇÕES COLETIVAS NA SEGUNDA INSTÂNCIA NESTE ANO**

A segunda instância do TRT-SC foi a que mais julgou ações coletivas de janeiro a maio de 2017. O resultado rendeu ao Tribunal o cumprimento antecipado da meta 8 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho, que determina até o final do ano o julgamento de 98% das ações coletivas distribuídas no segundo grau até 2015. Os números fazem parte do [relatório parcial](#) de cumprimento de metas, publicado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) dia 8 de agosto.

De acordo com o relatório, os gabinetes dos desembargadores julgaram 17 ações coletivas, duas a mais do que o necessário para cumprir a meta anual. De todos os 24 regionais do país, outros sete conseguiram alcançar o estipulado pelo CSJT para 2017. No primeiro grau a meta é julgar as reclamações distribuídas até 2014, e o Tribunal também obteve resultado positivo: julgou 300 processos e por apenas um ainda não cumpriu a meta anual.

O Tribunal também alcançou outros bons resultados parciais. Como no caso da meta 7, que estabelece identificar e julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015, nos 1º e 2º graus. De janeiro a maio o índice alcançado foi de 87%, apenas três pontos percentuais a menos que a meta esperada para o ano todo.

O relatório parcial é publicado pelo CSJT para que os TRTs possam ter um panorama do

cumprimento das metas nos primeiros meses do ano. O desempenho final será divulgado apenas em 2018.

### **29.09.17 - TRT-SC TERÁ REPRESENTANTE EM COMITÊ QUE CUIDA DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**



**Da esquerda para a direita: desembargadores Carvalho, Maria Beatriz, James Farias (presidente do Colepreecor) e Lourdes Leiria**

A corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT/SC), desembargadora Lourdes Leiria, foi indicada para representar a região Sul no Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho.

A indicação ocorreu em 28 de setembro durante a 6ª Reunião Ordinária de 2017 do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs (Colepreecor), realizada em Vitória (ES) e do qual Lourdes Leiria é vice-presidente.

Para representar a região Norte foi indicada a desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, do TRT da 8ª Região (Pará e Amapá) e para a região Nordeste, o desembargador Wolney de Macedo Cordeiro, do TRT da 13ª Região (Paraíba). A região Sudeste será representada pelo desembargador Marcelo Antero de Carvalho, do TRT 1ª Região (Rio de Janeiro).

Instituído em 2011, durante as comemorações dos 70 Anos de instalação do judiciário trabalhista, o Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho tem entre seus objetivos o de auxiliar na formulação de políticas e planos estratégicos voltados ao resgate da memória da Justiça do Trabalho, pertinentes a acervos arquivísticos, bibliográficos e museográficos. Busca também fomentar a pesquisa de temas relacionados à história e à evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

Com o programa, as iniciativas de preservação e divulgação dos documentos históricos, tanto dos TRTs quanto do TST, passaram a ser estimuladas e realizadas de forma coordenada em todo o país tendo à frente o Comitê Gestor. Atualmente, gestão do programa é coordenada pelo ministro

Augusto César Leite de Carvalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

#### **10.10.17 - NOVA ADMINISTRAÇÃO DO TRT-SC É ELEITA PARA O BIÊNIO 2018-19**



#### **Novos gestores foram indicados por unanimidade pelo Tribunal Pleno nesta segunda (9)**

A desembargadora Mari Eleda Migliorini foi eleita em 9 de outubro, pelo Tribunal Pleno, para exercer o cargo de presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina pelos próximos dois anos. A votação ocorreu em sessão pública, que elegeu também o novo vice-presidente, desembargador Roberto Basilone Leite, e o novo corregedor, desembargador José Ernesto Manzi. Os novos dirigentes, eleitos por unanimidade, vão atuar durante o biênio 2018/2019 e começam a administrar o Tribunal após sessão solene de posse, marcada para 7 de dezembro.

Atual vice do TRT-SC, Mari Eleda agradeceu a confiança dos colegas e principalmente a do atual presidente, Gracio Petrone. Segundo ela, neste último ano de mandato, após saber do seu interesse em concorrer ao cargo, Petrone abriu as portas da Presidência, dando-lhe acesso às reuniões e voz nas comissões. “Isso foi muito bom para a continuidade da Administração, além de me deixar mais segura e com mais condições de retribuir a confiança”, apontou a magistrada.

“Não será um período fácil, tanto pela questão orçamentária quanto pelos desafios da nova legislação, mas teremos que continuar encontrando meios de responder à sociedade, pois nossa atuação é indispensável por seu caráter social”, previu.

A desembargadora também afirmou que vai, a partir de agora, trabalhar num detalhamento estratégico e tático para a gestão, com um olhar especial para a conciliação. “A tradição responsável de nosso tribunal, com recursos públicos e com as políticas institucionais, tem se caracterizado pela continuidade. Não pretendo quebrar isso. Por outro lado, do ponto de vista estratégico, há sempre desafios novos que às vezes demandam ajustes no que está sendo feito, noutras exigem ações inovadoras”, disse ela, cuja preparação para o cargo a levou de volta à academia: a desembargadora está concluindo uma pós-graduação em Gestão Pública.

O novo corregedor, José Manzi, também ressaltou a gestão atual, na qual o presidente “manteve a estabilidade durante a tempestade”, referindo-se às restrições orçamentárias sofridas pela Justiça do Trabalho, e colocou “os interesses institucionais acima dos pessoais”. “É isso que pretendo fazer”, afirmou o desembargador, prometendo também que irá se empenhar ao máximo para disseminar boas práticas por todo o estado. “É isso que o corregedor faz”, apontou Manzi, que sucederá a desembargadora Lourdes Leiria.

Como futuro vice-presidente, o desembargador Roberto Basilone coordenará a Escola Judicial (Ejd) e a Ouvidoria. À frente da Ejud, ele pretende dar continuidade às ações já desenvolvidas e acompanhar as diretrizes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), aplicando-as no contexto social do nosso estado. Basilone também agradeceu aos colegas a confiança depositada e prometeu engajamento e dedicação para responder à altura.

### **Currículo dos eleitos**

#### **Mari Eleda, presidente eleita**



Natural de Curitiba (PR), a desembargadora Mari Eleda Migliorini ingressou na magistratura trabalhista catarinense em 1989, tendo atuado por quatro anos como juíza substituta em diversas unidades do Estado. Entre 1993 e 2006, foi titular (na época, juíza-presidente de Junta de Conciliação e Julgamento) da 4ª VT de Joinville. Depois, passou a atuar na 5ª VT de Florianópolis e, de 2008 a 2009, acumulou a função de diretora de Foro até ser promovida ao segundo grau em 16 de julho de 2009.

A magistrada graduou-se em Direito em 1982 na Universidade Estadual de Maringá (PR) e lecionou Direito Civil na pós-graduação da Univille/Amatra em 2003 e 2004. Kursou especialização em processo civil pela PUC/RS, concluída em 2004, e um ano depois chegou ao ápice de sua carreira acadêmica ao obter o título de mestre em Ciência Jurídica defendendo dissertação, pela Univali, sobre "A teoria da desconsideração da personalidade jurídica diante da autonomia patrimonial da pessoa jurídica".

Atualmente, está concluindo pós-graduação em nível de especialização em Gestão Pública, pela Faculdade Damásio de Jesus.

#### **Roberto Basilone, vice-presidente eleito**



Natural de Sorocaba (SP), formou-se na Faculdade de Direito daquela cidade em 1985. Foi advogado em São Paulo antes de ser aprovado no concurso para juiz do trabalho substituto em Santa Catarina. Assumiu o cargo em junho de 1992, tendo atuado em 23 das 44 unidades judiciárias. Já como titular, a partir de dezembro de 1995, atuou nas cidades de Xanxerê, Criciúma, Araranguá, Brusque, São José e Florianópolis. Sua promoção a desembargador ocorreu em dezembro de 2014. Atualmente, é membro da Coordenação Técnico-Científica da Escola Judicial, órgão que irá assumir a partir de dezembro.

No campo acadêmico, Roberto Basilone é doutor e mestre pela UFSC na área de Filosofia e Teoria do Direito. Lecionou na Unisul e na Escola Nacional da Magistratura do Trabalho. Casado, pai de dois filhos, possui vários livros e artigos publicados.

#### **José Ernesto Manzi, corregedor eleito**



Natural de São Paulo (SP), possui dupla graduação: Ciências Jurídicas de Sociais pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Filosofia pela UFSC. Possui doutorado em Direito Social pela Universidade de Castilla-La Mancha (ESP) e mestrado em Ciência Jurídica pela Univali, além de ter cursado três especializações: Direito Administrativo na Universidade de Roma, Processo Civil na Unoesc e Processos Constitucionais, também na universidade espanhola de Castilla-La Mancha.

É juiz do trabalho em Santa Catarina desde 1990, tendo sido promovido ao segundo grau em 2011. Leciona as matérias de Direito Processual do Trabalho no curso de especialização em Direito do Trabalho da Unoesc. Publicou em 2009 a obra “Da fundamentação das decisões judiciais civis e

trabalhistas” pela LTR, mesma editora em que publicou em parceria uma coletânea em homenagem aos 30 anos da Amatra12. É o atual coordenador do Comitê de Segurança Institucional do TRT-SC.

### **10.10.17 - 1ª VT DE CRICIÚMA REALIZA AUDIÊNCIA POR VÍDEO COM AUTOR RESIDENTE NOS ESTADOS UNIDOS**



**Procedimento foi determinado pela juíza Indira Sousa**

A 1ª Vara do Trabalho de Criciúma realizou uma audiência fora do comum em 4 de outubro: pela primeira vez no município, a parte de um processo foi inquirida por videoconferência. A iniciativa foi da juíza Indira Socorro Tomaz de Sousa, em uma ação na qual o autor estava nos Estados Unidos e alegou não ter previsão para retornar.

Para autorizar a videoconferência, a magistrada levou em conta dispositivo do Novo CPC (art. 236, §3º) que admite práticas processuais por meio de recursos tecnológicos em tempo real. De acordo com ela, a prática vai ao encontro dos princípios da oralidade e da celeridade, “para tornar mais rápida quanto possível a tramitação do processo, além de garantir o contraditório, a ampla defesa e o acesso à justiça”.

A magistrada ainda apontou que não houve diferença em relação às audiências comumente realizadas. “Tudo ocorreu no clima de absoluta eficiência, como se o autor estivesse presente, pois sequer houve atraso nas trocas de sons e imagens”, conta. Apesar da transmissão, não houve qualquer arquivamento de áudio ou vídeo, sendo que o único documento oficial para o processo foi a ata da audiência.

Essa é a segunda vez que o procedimento é realizado na jurisdição do TRT-SC. A primeira foi com o juiz Valter Tulio Amado Ribeiro, titular da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis, que utilizou a comunicação por vídeo num tentativa de conciliação com um devedor trabalhista residente no Japão.

## **23.10.17 - CENTRO DE CONCILIAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS CHEGA A 3 MIL ACORDOS E MOBILIZA IMPRENSA ESTADUAL**



**Índice de acordos do Centro, coordenado pelo juiz Valter Túlio (de toga), é de 61%**

Em 14 meses de existência, o Centro de Conciliação de Florianópolis completou 3 mil acordos dia 19 de outubro. O fato mereceu cobertura diferenciada pela imprensa, sendo notícia no telejornal de maior audiência no Estado, o Jornal do Almoço, e capa no veículo impresso de maior circulação, o Diário Catarinense.

O juiz Valter Túlio Amado Ribeiro, coordenador do Centro e titular da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis, fez um registro na ata de audiência agradecendo “aos nobres servidores e estagiários que contribuem para a conciliação e a toda a sociedade civil, em especial aos advogados que compreendem ser a conciliação o método de solução mais adequado para dirimir o conflito e trazer a paz social”.

A criação dos centros de conciliações seguem determinação da Resolução 174/2014, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de disputas de interesses na esfera da Justiça do Trabalho. Em Florianópolis, os magistrados se anteciparam e criaram a unidade um mês antes da publicação da resolução.

### **Alternativa**

Desde que foi criado, o Centro já realizou 4,9 mil audiências, com exatos 3.013 acordos, num índice de eficiência de 61%, enquanto a média estadual é de 46,8% - a segunda melhor do país. No total, já foram revertidos R\$ 137 milhões em verbas trabalhistas aos beneficiados pelas conciliações. Em todo o ano de 2017, de janeiro a agosto, as varas do trabalho conciliaram em 30 mil dos 64 mil processos que solucionaram.

Para o desembargador do TRT-SC José Ernesto Manzi, corregedor eleito, os centros de conciliação são uma excelente alternativa para aperfeiçoar a prestação jurisdicional. “O elevado número de acordos permite que os juízes dediquem mais tempo e esforço para a instrução processual e a elaboração das sentenças. Por outro lado, as pautas também ficam mais curtas, agilizando a

tramitação processual dos casos em que não houve acordo”, analisou, durante visita realizada ao Centro, ontem.



**Desembargador Manzi (camisa xadrez), juiz Valter Túlio e equipe do Centro: comemorando resultados**

## **25.10.17 - TRT-SC APRESENTA APLICATIVO PARA CELULAR E NOVOS SISTEMAS ACESSÓRIOS DO PJe**

Exposição foi a advogados que compõem o Comitê Gestor Regional



## **Novos sistemas vão facilitar atuação dos procuradores**

O TRT-SC apresentou nessa terça (24) a um grupo de advogados dois novos sistemas acessórios do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e um aplicativo que permite consultar processos em celulares e tablets, entre outras funcionalidades, antes disponíveis apenas em desktops e laptops. A exposição foi feita por servidores do Tribunal a representantes de entidades da categoria, durante reunião do Comitê Gestor Regional do PJe.

O diretor do Serviço de Suporte Operacional (USO) do PJe, Luiz Alexandre Bergmann, apresentou o PJe Mobile (JTe), que permite ao usuário checar a movimentação de processos, acompanhar pautas de audiências e sessões, ver sentenças, entre outras possibilidades, tudo diretamente na tela do smartphone ou tablet.

Bergmann, que coordenou a equipe de implantação do PJe no estado, destacou que a ferramenta, desenvolvida pelo TRT da 5ª Região, era ansiosamente aguardada. “É a realização de uma promessa antiga. Depois de tantos anos de implantação do PJe estamos finalmente tendo acesso a esse tipo de tecnologia, que traz um ganho impressionante no dia a dia do advogado”, afirmou.

Outra ferramenta desenvolvida para auxiliar na rotina de quem lida diariamente com processos é o Sistema de Interoperabilidade Financeira (SIF), cuja principal funcionalidade, no momento, é a emissão de boletos de depósito judicial. A ferramenta foi apresentada pelo servidor Eder Braulio Leone, também da Uso e da equipe que implantou o PJe.

Leone explicou que a ferramenta, já disponível para os advogados, terá dois momentos. “A primeira etapa da implantação prevê a geração online de boletos e a notificação, por parte das instituições financeiras, de todos os pagamentos efetuados em processos, com a possibilidade de atualização de saldo e emissão de extrato. No segundo momento, o SIF trará controles sobre contas judiciais”, explicou.

O chefe do Núcleo de Pesquisa Patrimonial (NPP) do TRT-SC, servidor Cláudio de Macedo Paiva Nascimento, encerrou a apresentação dando uma visão geral do Sistema Satélite de Cálculo Trabalhista, o PJe-Calc. Trata-se de uma ferramenta desenvolvida pelo TRT da 8ª Região (Pará e Amapá) similar ao Juriscalc, já utilizado por muitas varas do trabalho, só que mais simples e com integração ao PJe.

Inicialmente o sistema vai ficar acessível apenas às unidades judiciárias, mas existe o projeto de uma versão voltada a advogados, peritos e público em geral, chamada PJe-Calc Cidadão, para ser disponibilizada no próximo ano no portal do TRT-SC. O foco agora é capacitar o público interno na ferramenta e depois expandir o treinamento para o público externo, para que todos possam utilizá-la.

A proposta foi apoiada pela presidente da Comissão de Inclusão Digital da OAB-SC, advogada Juliana Fernandes de Almeida, pelo presidente da Associação Catarinense de Advogados Trabalhistas (Acat), advogado Ricardo Corrêa Júnior, e pelo representante da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), advogado Gustavo Villar, que concordaram em auxiliar nos esforços para divulgação e capacitação do PJe-Calc Cidadão para o ano que vem.

## **Capacitação em PJe**

Os sistemas apresentados aos advogados na parte da manhã também foram o assunto principal do primeiro dia da capacitação em PJe para magistrados promovida pela Escola Judicial (Ejud) do TRT-SC.



A diretora da Ejud, desembargadora Mari Eleda (foto), abriu o curso ressaltando as mudanças a que a atividade judicante teve de se adaptar ao longo do tempo, passando das máquinas de escrever para os computadores e os sistemas processuais eletrônicos, como SAP e Provi, até chegar ao momento atual com o PJe.

“O juiz não é apenas um usuário interno do sistema eletrônico, apertador de botões. Ele está incumbido de utilizar a tecnologia, de forma ampla, para dar efetividade aos direitos, ao fazer seu papel constitucional. E esse uso supõe saberes muito maiores sobre as transformações que a tecnologia traz à vida. Há um balizamento legal/constitucional que norteia a atuação judicial e tudo isso fica muito exposto a lesões se não se entender a força que a tecnologia tem para violá-lo”, assinalou a magistrada em artigo de sua autoria sobre a atuação do juiz ante o impacto da tecnologia no processo.

**13.11.17 - TRT-SC É O MAIS CÉLERE EM JULGAMENTO DE RECURSOS ENTRE OS TRIBUNAIS DE MÉDIO PORTE**



**Ata da correição ordinária foi apresentada aos desembargadores do TRT-SC na manhã de 10 de novembro**

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina foi o que julgou mais rápido os recursos no segundo grau em 2017 entre os oito TRTs considerados de médio porte. Foram em média 178 dias entre a autuação e a baixa do recurso, 73 a menos que a média nacional de 251 dias.

A informação é do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro do TST Renato de Lacerda Paiva, e foi transmitida na leitura da ata de correição ordinária em 10 de novembro, no Pleno do Tribunal. O período avaliado vai de janeiro a setembro (dado mais recente) deste ano.

De acordo com dados da seção de estatística do TST, se forem consideradas também as ações originárias de segundo grau – dissídios coletivos, mandados de segurança, habeas corpus e ações rescisórias -, o TRT-SC é o que julga mais rápido na segunda instância entre todos os tribunais trabalhistas do país, com prazo médio de 182 dias, 29% abaixo da média nacional, que é de 254 dias. Veja aqui.

“Merece destaque o fato de que o Tribunal Regional, embora possua números tão expressivos no ano de 2017, até setembro contava com uma média de 1.731 processos distribuídos por desembargador, sexta maior média do país no período”, ressaltou o ministro.

Apesar da alta produtividade, os gabinetes de desembargadores possuem déficit de 30,66% de servidores. Segundo o relatório, seriam necessários entre 1.050 e 1.123 cargos para a composição da 2ª instância, sendo que o TRT-SC possuía, em setembro de 2017, 728 servidores nesta atividade.

De acordo com o corregedor-geral, a situação não deve ser modificada a curto prazo devido à crise econômica que refletiu em cortes orçamentários impostos à JT, resultando na falta de autorização para novas nomeações. Outro motivo, segundo o ministro, seria a Resolução 219/16 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina uma readequação da lotação de servidores conforme a movimentação processual, notadamente maior na Primeira Instância.

## **Execução**

Em relação aos esforços na execução – fase processual em que é feita a cobrança dos valores devidos pelo réu e que representa o gargalo da JT -, o TRT-SC também apresenta números positivos em relação à média nacional.

Em 2016, a 12ª Região iniciou 28,7 mil execuções, um aumento de 24,7% em relação ao ano anterior, e encerrou 22,3 mil execuções, um aumento de pouco mais de 20% em comparação a 2015.

Ainda no ano passado, o prazo médio do início da execução até a sua extinção foi de 570 dias, sendo que a média nos tribunais de médio porte foi de 869 dias e, no país, 1.122 dias. Portanto, uma execução na JT-SC, em média, foi encerrada 552 dias antes do que a média do país e 299 dias antes do que a média dos TRTs de mesmo porte. “Nos anos de 2015, 2016 e até agosto de 2017, o Tribunal teve um prazo de execução muito mais rápido do que os Regionais do seu grupo e do que a média do país”, observou Lacerda Paiva.



**O corregedor-geral da JT, ministro Renato de Lacerda Paiva, e o presidente Gracio Petrone**

O ministro ressaltou, porém, que o total de processos em arquivo provisório em SC é mais alto que a média nacional, com 36% do total de processos pendentes na fase de execução, contra uma média nacional de 23%.

O corregedor-geral destacou também a atuação do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, instituído em 2014 para auxiliar as Varas do Trabalho na localização de bens de devedores. Desde a sua criação foram recebidos 186 pedidos de pesquisa patrimonial, tendo sido 112 concluídos até o presente momento.

“Tais circunstâncias, aliadas a outros fatores constatados durante os trabalhos correicionais, revelam que o TRT catarinense tem empreendido esforços para uma maior efetividade da execução”, considerou Lacerda Paiva.

### **Recomendações**

Ao final da leitura da ata, o ministro fez algumas recomendações que devem ser observadas pela Administração do Regional catarinense.

Uma delas refere-se à prática de algumas unidades de deixar processos fora da pauta na fase de instrução, e também de não efetuarem a imediata conclusão para a prolação de sentença de processos cuja instrução esteja encerrada. O ministro recomendou o controle permanente do número de processos aguardando o encerramento da instrução, a fim de se reduzir o prazo médio entre a realização da primeira audiência e o encerramento da instrução.

Outra recomendação é de que a Corregedoria Regional continue, nas correições realizadas nas VTs, a identificar e coibir a prática de dispensa de realização da audiência inicial quando presumida uma dificuldade de conciliação em relação a algumas empresas, exceto em hipóteses previstas na Recomendação nº 2/2013 da CGJT (quando são partes entes incluídos na definição legal de Fazenda Pública), a fim de que seja oportunizada a tentativa conciliatória.

### **16.11.17 - TRT-SC LANÇA GUIA DO JOVEM APRENDIZ PARA AJUDAR NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL**

Material voltado ao público adolescente traz informações e esclarece dúvidas sobre o contrato de aprendizagem



**Publicação será distribuída na rede pública de ensino**

Um material voltado ao público adolescente, elaborado para esclarecer sobre a oportunidade de ingresso no mercado de trabalho na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Esse é o Guia do Jovem Aprendiz, produzido pelo TRT-SC para reforçar as ações do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem em SC. O lançamento aconteceu na sessão do Tribunal Pleno, na segunda, 13 de novembro.

Produzido pela Secretaria de Comunicação Social do Tribunal, em parceria com a Corregedoria, o Guia traz informações que podem solucionar eventuais dúvidas sobre a aprendizagem, como duração do contrato e da jornada de trabalho, direitos e deveres, legislação, entre outros. O material foi elaborado com cores fortes, diversidade de imagens e linguagem acessível, buscando atrair o público-alvo para a leitura. A ideia é distribuir o guia na rede pública de ensino.



## **Desembargadora Lourdes Leiria**

Para a desembargadora Lourdes Leiria, idealizadora do Guia e gestora do Programa no estado, a aprendizagem é uma alternativa para introduzir os adolescentes em situação irregular de trabalho infantil no mercado formal de trabalho, ao mesmo tempo que oportuniza a qualificação profissional, mantendo o adolescente na escola ou promovendo o retorno daqueles que abandonaram os estudos.

“No Brasil há 2,2 milhões de adolescentes entre 14 e 17 anos trabalhando, com 81% destes de forma ilegal, expostos a riscos de acidentes, cumprindo longas jornadas e em situação de vulnerabilidade. A aprendizagem será vital tanto para o desenvolvimento desses jovens quanto do país, ao romper o círculo vicioso da pobreza. O crescimento do aprendiz também reverterá em benefício para as empresas, que poderão contar no futuro com trabalhadores capacitados, retornando o investimento aplicado”, ressaltou a desembargadora.

Esta é a segunda publicação do Programa em dois anos. No ano passado, o TRT-SC produziu a cartilha Trabalho Infantil Não é Brinquedo, que também está sendo distribuída na rede pública de ensino.

### **22.11.17 - TRT-SC RECEBE PRÊMIO NACIONAL PELA GESTÃO E TRANSPARÊNCIA DOS DADOS**

O TRT-SC conquistou pelo quarto ano consecutivo o Selo Justiça em Números na categoria Ouro. Criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o prêmio é concedido anualmente aos tribunais que investem na gestão da informação e no cumprimento de normas de transparência.



**Desembargadores Gracio Petrone, presidente, e Lourdes Leiria, corregedora, receberam o certificado na cerimônia de premiação**

A cerimônia de entrega aconteceu em Brasília, na segunda, 20 de novembro, durante o 11º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Pela primeira vez desde a criação do Selo, em 2013, todos os 89 tribunais do país foram premiados em alguma das categorias: Diamante, Ouro, Prata e Bronze. O Selo Diamante, o mais elevado reconhecimento, foi concedido a quatro tribunais, um deles trabalhista, o TRT da 18ª Região (Goiás). Já o Selo Ouro ficou com 65 tribunais, 17 deles trabalhistas.

Para a diretora da Secretaria de Gestão Estratégica (Segest) do TRT-SC, Fernanda Gomes Ferreira, ganhar o prêmio pela quarta vez consecutiva significa a manutenção da qualidade do Tribunal na gestão das informações.

“Não é fácil manter o Ouro, pois os critérios para concessão do prêmio mudam anualmente. Inclusive alguns tribunais caíram de categoria em relação a 2016”, ressalta a servidora, complementando que no índice de produtividade comparada entre os tribunais (IPC-JUS), um dos critérios para concessão do Selo, o TRT-SC ficou em sétimo lugar na Justiça do Trabalho, com 94% de eficiência, uma diferença de quase 17 pontos percentuais em relação ao ano passado.

## **Selo**

O Selo Justiça em Números foi criado pelo CNJ em outubro de 2013 com o objetivo de fomentar a qualidade dos dados estatísticos do Judiciário. A concessão do Selo considera o encaminhamento adequado das informações, com atenção aos prazos e consistência nos dados, e o nível de informatização do tribunal, com geração de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.



## **05.12.17 - DESEMBARGADOR GRACIO PETRONE FAZ BALANÇO DA GESTÃO EM SUA ÚLTIMA SESSÃO À FRENTE DO PLENO**



### **Presidente destacou dificuldades enfrentadas no período, como o corte orçamentário aplicado à Justiça do Trabalho em 2016**

A última sessão do Tribunal Pleno de 2017, ocorrida em 4 de dezembro, foi marcada pelo discurso de despedida do presidente do TRT-SC, desembargador Gracio Petrone, que encerra seu mandato de dois anos nesta semana.

O desembargador destacou as dificuldades encontradas no período. A principal foi o corte orçamentário sofrido pela Justiça do Trabalho no ano passado, de 90% nas verbas de investimento e de 29% nas de custeio, que engloba itens essenciais para o funcionamento da Instituição, como energia elétrica, água, telefone etc. No TRT-SC, o corte no custeio chegou a 37,44%.

“Em 28 anos de carreira na magistratura trabalhista, jamais imaginei que um dia teria que sensibilizar a sociedade em torno da recomposição do orçamento da Justiça do Trabalho”, assinalou Petrone, lembrando o ato público em defesa da JT realizado pelo Tribunal em maio do ano passado.

O desembargador destacou também que, apesar dos cortes orçamentários, o número de casos novos no Judiciário trabalhista aumentou 71% na última década, sendo que no mesmo período o número de servidores teve um incremento de pouco mais de 8%.

“Estivemos e estamos inseridos em um cenário de flagrante desequilíbrio entre orçamento, força de trabalho e demanda processual. Trabalhamos para a estabilização deste cenário, esperando que com o passar do tempo o equilíbrio se restabeleça”, afirmou.

### **Dever cumprido**

O desembargador lembrou ainda de providências tomadas pela Administração que considera terem

sido essenciais para manter o Tribunal em funcionamento, apesar de, segundo ele, não terem sido simpáticas a todos.

Entre elas estão a redução da energia contratada da Celesc para alguns imóveis, o lançamento da Campanha “Se Liga, desliga”, que resultou na queda de 12% no consumo de energia elétrica, e a edição de uma portaria com uma série de medidas para reduzir as despesas de custeio. Entre elas, a restrição da aquisição de passagens, pagamentos de diárias e ressarcimento de despesas com transporte, que resultaram na economia de R\$ 1,4 milhão nos nove primeiros meses de 2016.

Gracio Petrone afirmou ainda estar com o sentimento de dever cumprido, por duas razões em especial: por ter mantido o TRT-SC em funcionamento no ano passado, quando a crise chegou com todo o vigor, e pelo resultado verificado na correição realizada em novembro deste ano. O relatório do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Renato de Lacerda Paiva, apontou apenas meros ajustes e nenhuma recomendação de mudança de rumo na condução do Tribunal.

“Não poderia deixar de reconhecer e agradecer a parceria estabelecida com os senhores (desembargadores) na gestão do Tribunal e o trabalho incansável dos servidores, além da compreensão demonstrada à adoção de medidas restritivas necessárias em decorrência dos cortes orçamentários”, concluiu, saudando ainda os magistrados da próxima da Administração e desejando-lhes uma gestão profícua.

#### **12.12.16 – TRT-SC DOA UM CARRO UTILITÁRIO PARA A APAE DE FLORIANÓPOLIS**



**Doação foi um dos últimos atos da gestão do presidente Gracio Petrone**

A doação de um veículo Dobló, ano 2005, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Florianópolis foi um dos últimos atos da gestão do presidente Gracio Petrone, que encerrou seu

mandato dia 6 de dezembro. A entrega foi feita à presidente da Apae, Elizabeth das Neves, que em setembro último esteve no Tribunal solicitando alguma ajuda para a entidade.

A doação foi possível devido à renovação de parte da frota do Tribunal, que está em andamento. Uma análise dos Serviços Gerais (Serge), setor responsável pela manutenção dos veículos, verificou que alguns carros tornaram-se antieconômicos devido às grandes quilometragens que são percorridas, demandando uma manutenção muito onerosa.

“Por meio da doação, este Tribunal espera, assim, estar colaborando com essa valorosa entidade, que tanto realiza em benefício dos portadores de necessidades especiais e de suas famílias”, declarou o desembargador.

### **11.12.16 – TRAJETÓRIA DE 36 ANOS MARCADA POR DESAFIOS E SUPERAÇÃO**



#### **Primeira composição do Tribunal Pleno do TRT-SC, com seis juízes togados e dois classistas (1982)**

Hoje com 60 unidades e uma estrutura que movimenta quase 2 mil pessoas, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC) nasceu numa casinha simples, de paredes brancas e muro baixo. À sombra do flamboyant que ainda pode ser visto na Rua Rafael Bandeira, no Centro de Florianópolis, um grupo de seis pessoas passou a se reunir em julho de 1981 para uma tarefa incomum: tirar um tribunal do papel.

A semente havia sido plantada no dia 7 do mês anterior, quando o presidente militar João Figueiredo sancionou a Lei nº 6.928, criando o Tribunal com sede na capital catarinense. A reivindicação por um tribunal próprio era crescente no estado, que já contava com 14 juntas de conciliação para tratar de conflitos trabalhistas. Os recursos, no entanto, tinham de ser julgados em Curitiba, sede do TRT da 9ª Região (Paraná).



"Casa Branca" abrigou a comissão de instalação por quatro meses antes da inauguração do TRT-SC (1981)

O projeto germinou na “Casa Branca“ por quatro meses, sob clima de efervescência política. O país assistia à escalada de greves e do movimento pela redemocratização. Liderada por José Fernandes da Câmara Canto Rufino, juiz togado mais antigo do estado, a comissão formada por servidores do TRT da 9ª Região e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) precisava correr contra o tempo.

#### Início difícil

A sede escolhida para a instalação do Regional foi um prédio de quatro andares alugado na Rua Saldanha Marinho, no coração do centro comercial da cidade, inaugurado no dia 11 de dezembro daquele ano. O Tribunal ganhava corpo, mas sua estrutura ainda era frágil. A inexperiência institucional era agravada pela escassez de recursos e equipamentos básicos como papel, escrivadinhas e máquinas de escrever, que eram doados pelo Município, sindicatos, advogados e empresários.

Com oito magistrados — seis togados e dois classistas temporários — e tendo Rufino como seu primeiro presidente, a Corte absorveu inicialmente 250 processos de Curitiba e fechou seu primeiro ano com 1.988 ações recebidas. O Tribunal contava então com 173 servidores e boa parte do trabalho era feito na própria casa dos magistrados, auxiliados por assessores e assistentes

Em 1983, a compra do terreno da antiga Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de SC, na Rua Esteves Júnior, daria ao Regional uma sede mais robusta. Reformada com o trabalho de servidores do quadro — os chamados artífices — o projeto só foi concluído em 1989, já que a liberação mensal dos recursos era corroída pela inflação.

#### Escalada de ações



própria, na Rua Esteves Júnior (1985)

Construção da sede

A mudança ocorreu num momento político decisivo para o país. Promulgada no ano anterior, a Constituição-cidadã de 1988 ampliava e consolidava uma série de direitos aos trabalhadores. A avalanche de ações não tardou: em apenas um ano, o número de novos processos subiu 40%, chegando a 31 mil em 1989.

A recessão que marcou os anos 90 desacelerou a economia, mas não reverteu o crescimento das ações trabalhistas, impulsionando a ampliação do colegiado, sua divisão em turmas e a expansão das unidades. Em 1991, o estado contava com 44 varas e a Justiça do Trabalho recebeu 44 mil novos processos. Ao final da década, o esse número subiria para 52 mil.

Antes exclusivamente manual, o trabalho no Tribunal ia incorporando importantes avanços tecnológicos, como os primeiros computadores, que começaram a ser usados nas varas por iniciativa dos próprios juízes. Em 1996 foi lançado o SAP, sistema eletrônico de acompanhamento processual desenvolvido totalmente pelo TRT-SC, cujo sucesso criou a cultura institucional para a chegada do processo eletrônico.

Sob ataque, Tribunal cresceu

Em 1999, um susto: na esteira das discussões sobre a Reforma do Judiciário, que acabou extinguindo a representação classista e transformou as juntas em varas, surgiu no Congresso a proposta de extinção da Justiça do Trabalho. A reação de diversos setores não apenas sepultou a ideia, mas também pavimentou o caminho para que, em 2004, o mesmo Congresso ampliasse as competências da JT por meio da Emenda Constitucional nº 45.

A mudança sinalizava uma nova enxurrada de ações e desafios mais complexos, obrigando o TRT-SC a se modernizar. O Regional criou sua Escola Judicial (2005) e remodelou sua estrutura administrativa, passando a adotar formalmente um Planejamento Estratégico (2008). Em 2011, a Vara de Navegantes foi a primeira do país a implementar o PJe. A atuação dos magistrados ultrapassou o âmbito das decisões, com a criação de programas dedicados a ações preventivas voltadas para o Trabalho Seguro e o Combate ao Trabalho Infantil (2012).

Após concluir a expansão da plataforma digital a todas as suas unidades, em 2015, o TRT-SC enfrentou em 2016 o maior corte orçamentário de sua história. Graças a uma série de medidas e a

mobilização de magistrados e servidores, o Regional garantiu que o atendimento à população não fosse prejudicado, mantendo a produtividade e o alto grau de conciliação (48% no primeiro grau), o segundo maior do país.



Ato pela defesa da Justiça

do Trabalho, em maio de 2016

A despeito da ameaça de extinção voltar à pauta e dos frequentes ataques por parte de alguns setores da sociedade, a JT segue como a justiça mais célere do país, tendo julgado cerca de 3,5 milhões de ações de janeiro a outubro de 2017, sendo 110 mil em Santa Catarina. Sobre os ataques, manifestou-se a nova presidente do TRT-SC, desembargadora Mari Eleda Migliorini, em sua posse no último dia 7.

"São análises distorcidas e amesquinhadoras, olhares que vêem o superficial e não o profundo, que se satisfazem com continhas de fim de feira, de pago e ganho, e são incapazes de uma análise apenas um pouco mais acurada, capaz de proporcionar as visões que devem, de fato, prevalecer e orientar o agir. Seus juízes e desembargadores, apoiados por um quadro exemplar de servidores, têm-se dedicado diuturnamente para dar à sociedade a resposta que se espera de um sistema jurídico-funcional num ambiente de prevalência do Direito, onde não imperam a força, o abuso e as visões pessoais, mas a vigência efetiva da Constituição e das leis", assinalou.